



RELATÓRIOS ECONÔMICOS DA OCDE Brasil

Novembro de 2015

RESUMO EM PORTUGUÊS

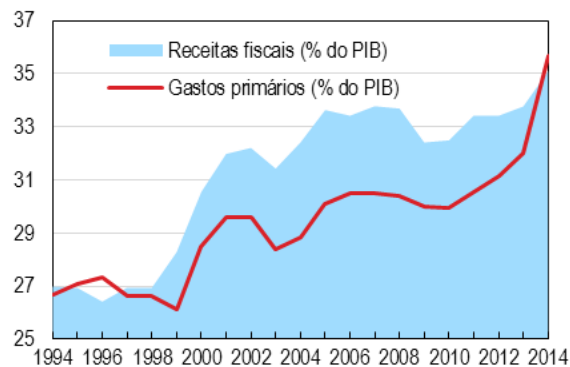


Os dados estatísticos para Israel são fornecidos pelas autoridades israelenses, sob a responsabilidade destas. O uso destes dados pela OCDE é sem prejuízo do estatuto dos Montes Golã, de Jerusalém Oriental e dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

Sumário executivo

Fortalecer a confiança por meio de políticas macroeconômicas prudentes

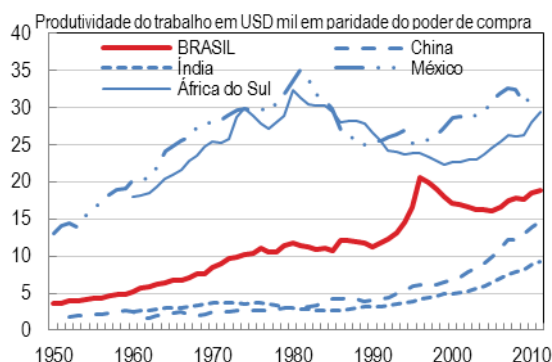
O aumento do gasto provocou um déficit fiscal primário



O Brasil tornou-se uma das grandes potências econômicas mundiais e tirou milhões de pessoas da pobreza. A estabilidade macroeconômica foi um fator crucial por trás desse êxito, mas o desempenho fiscal deteriorou recentemente e a inflação aumentou de forma marcante. O ajuste fiscal e a política monetária mais rigorosa que estão sendo implementados ajudarão a fortalecer a confiança. Restrições de médio prazo, no entanto, são principalmente de natureza estrutural e o Brasil deve fortalecer seu notável progresso social e econômico implementando as reformas estruturais necessárias para elevar, de modo sustentável, os padrões de vida de todos.

O setor industrial pode desempenhar um papel-chave de impulsionar a produtividade

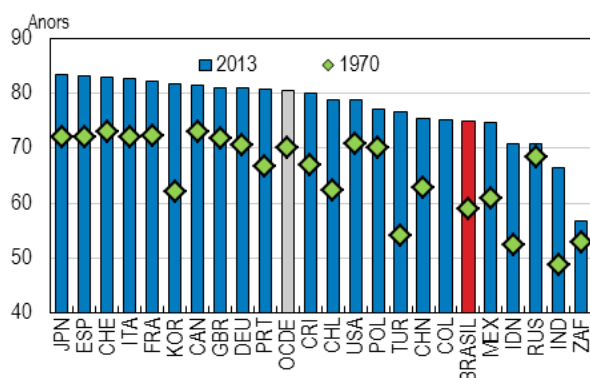
O crescimento da produtividade do trabalho foi lento



O crescimento econômico precisará vir cada vez mais da produtividade, dado que as alterações demográficas tornarão o aumento da participação na força de trabalho cada vez mais difícil. O setor industrial, no qual algumas reformas estruturais chave poderiam liberar um significativo potencial inexplorado, pode desempenhar um papel de liderança neste sentido. Atualmente, um sistema fragmentado de impostos indiretos, uma infraestrutura insuficiente, fracas pressões competitivas e uma baixa integração ao comércio internacional estão atrasando o desenvolvimento da indústria brasileira, que não se beneficiou suficientemente das tendências globais que moldaram a produção industrial em outros lugares.

A melhoria da saúde pública é fundamental para reduzir as desigualdades e aumentar o bem-estar

Expectativa de vida ao nascer



Avanços significativos foram alcançados na saúde, devido, em grande parte, ao sistema de saúde pública universal. No entanto, persistem desigualdades de acesso, pois os tempos de espera por atendimento médico especializado são longos e as disparidades regionais no sistema público são significativas. Uma estrutura de governança complexa, que envolve diversos níveis de governo, dificulta a prestação eficiente dos serviços de saúde. Melhorias significativas podem ser obtidas se forem envidados maiores esforços na coleta de indicadores de desempenho, maior utilização de metas de prestação de serviços e mecanismos de coordenação mais robustos. À medida que a população envelhece, os desafios significativos relacionados à prestação de serviços de saúde para os idosos devem ser enfrentados agora.

Principais resultados e recomendações

Políticas Macroeconômicas	
A posição fiscal se deteriorou e o rápido envelhecimento da população gera desafios fiscais no longo prazo.	Implementar o ajuste fiscal de acordo com objetivos de médio prazo, incluindo uma estabilização da dívida bruta. Aumentar gradualmente a idade de aposentadoria e indexar as aposentadorias e pensões aos preços ao consumidor, ao invés de ao salário mínimo.
A inflação tem ultrapassado a margem de tolerância, o que pode minar a credibilidade do Banco Central.	Para aumentar a efetividade da política monetária, ajustar a taxa de empréstimos direcionados (TJLP) de acordo com as variações da taxa básica de juros (Selic). Estabelecer mandatos de tempo fixo para o presidente do Banco Central e para os membros do Comitê de Política Monetária.
Fortalecer o desempenho industrial	
Os impostos são altos e os custos de conformidade gerados por um sistema fragmentado de impostos indiretos são elevados.	Consolidar os impostos indiretos aos níveis federal e estadual em um único imposto de valor agregado com base ampla, reembolso pleno do IVA pago nos insumos e taxa zero para as exportações.
A alta proteção comercial e as fracas pressões competitivas comprometem ganhos de produtividade e a integração da economia ao comércio internacional.	Reduzir a proteção comercial de forma gradual, diminuindo as tarifas de importação e retirando as exigências de conteúdo nacional. Fortalecer a concorrência simplificando a regulação sobre os mercados de produtos e implementando as reduções planejadas das regulações de abertura de empresas.
Os gargalos na infraestrutura aumentam os custos do transporte e logística para as empresas industriais, especialmente para as exportações industriais.	Melhorar a capacidade técnica e o planejamento para as concessões de infraestrutura. Elaborar pacotes licitatórios mais pormenorizados antes de lançar os editais.
As dificuldades em contratar trabalhadores de alta qualificação prejudicam o crescimento da produtividade.	Expandir ainda mais os programas de educação profissional e tecnológica para aliviar a escassez de profissionais técnicos.
Melhorar os serviços públicos de atenção à saúde	
Os serviços públicos de saúde enfrentam graves limites de capacidade e são desigualmente distribuídos no país, o que resulta frequentemente em longas filas de espera por atendimento médico especializado.	Melhorar a eficiência do gasto, inclusive definindo mais explicitamente o que é coberto pelo sistema público de atenção à saúde. Aumentar os recursos para o sistema público de saúde. Implementar metas de expansão dos serviços médicos especializados para reduzir as filas de espera. Formar mais médicos e enfermeiros e fortalecer os incentivos para reduzir os desequilíbrios geográficos. Melhorar a coleta de indicadores de desempenho e aperfeiçoar o uso de aferimentos e mecanismos baseados em incentivos, inclusive esquemas de premiação por desempenho. Desenvolver diretrizes clínicas para a escolha de medicamentos custo-efetivos, definir preços de referência para todos os remédios de acordo com preços praticados internacionalmente e definir uma lista exclusiva de medicamentos reembolsáveis.
Muitos dos serviços de atenção à saúde que hoje são prestados pelos hospitais poderiam ser fornecidos com custos mais baixos por unidades básicas de saúde e por serviços especializados de longo prazo.	Reduzir a ênfase em serviços hospitalares e fortalecer as unidades básicas de saúde, especialmente para pacientes com doenças crônicas. Prover mais serviços de atenção de longo prazo, especialmente atendimento domiciliar, no âmbito do sistema público de saúde.

Avaliação e recomendações

- **Políticas macroeconômicas para restaurar a confiança**
 - Consolidar as finanças públicas
 - Assegurar a convergência da inflação à meta
 - Reduzir as vulnerabilidades de médio prazo

- **Sustentar o crescimento futuro**
 - Fortalecer o desempenho industrial
 - Melhorar a pegada de carbono da economia
 - Tornar o crescimento mais inclusivo e aumentar o bem-estar
 - Educação e distribuição de renda
 - Melhorar os serviços públicos de atenção à saúde

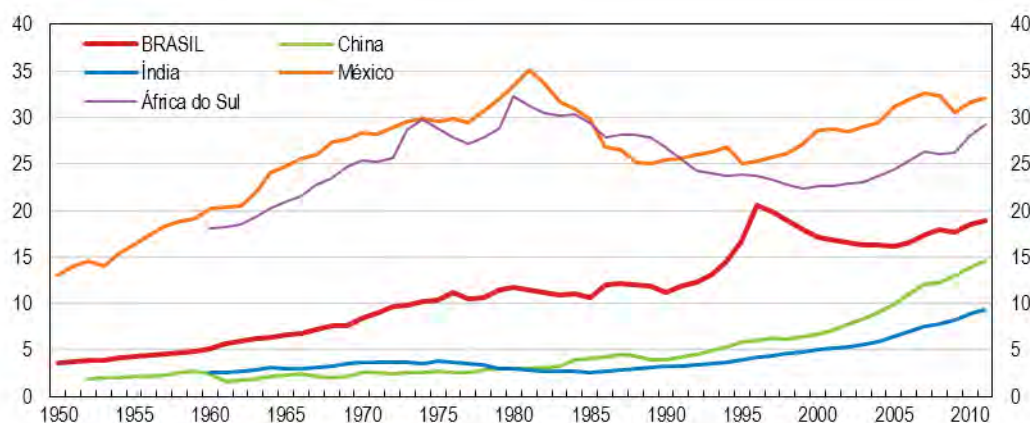
O Brasil se tornou uma das principais potências econômicas do mundo. Desde a conquista da estabilidade macroeconômica em meados da década de 1990, o crescimento da economia ultrapassou a área da OCDE e o desemprego manteve-se baixo. A informalidade do mercado de trabalho diminuiu e o crescimento tornou-se mais inclusivo e mais sustentável. Grande parte da população ganhou acesso a uma educação de melhor qualidade e os indicadores de saúde melhoraram sensivelmente. Milhões de brasileiros foram retirados da pobreza, e uma nova classe média emergiu. As instituições foram fortalecidas, como refletido em ações judiciais decisivas após recentes denúncias de corrupção.

O Brasil encontra-se hoje em um ponto de virada. Já que os ventos a favor dos preços altos das commodities perderam sua intensidade permanentemente, a melhoria das políticas internas tornou-se mais importante do que nunca. Nos últimos anos, surgiram gargalos na economia, principalmente do lado da oferta. Retomar a convergência com as economias avançadas, reduzindo a pobreza e a desigualdade, exige uma estratégia tripla:

- As políticas fiscal e monetária precisarão estabilizar a dívida e reduzir a inflação e, ao fazê-lo, resgatar a boa reputação de boas políticas construída ao longo de muitos anos.
- A baixa produtividade é o principal motivo pelo qual o PIB per capita é mais baixo do que o dos países da OCDE (Figura 1). Nesse sentido, o setor industrial desempenhará um papel de liderança, devido ao seu grande potencial inexplorado de ganhos de produtividade. O Capítulo 1 discutirá as opções de política para melhorar o desempenho do setor industrial.

Figura 1. Um crescimento mais dinâmico exige o aumento da produtividade

A produtividade do trabalho em US\$ mil em paridade do poder de compra

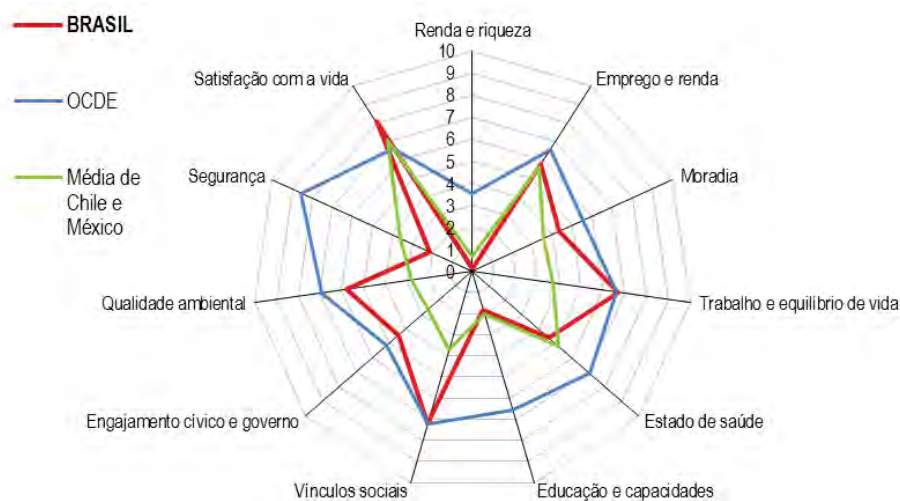


1. Produtividade do trabalho calculada como PIB real em PPCs encadeadas (em mil USD de 2011) dividido pelo emprego.

Fonte: Feenstra, Robert C., Robert Inklaar e Marcel P. Timmer (2013), "The Next Generation of the Penn World Table" disponível para download em www.ggd.net/pwt.

- O extraordinário avanço das políticas sociais e dos serviços públicos precisa continuar. Apesar do seu enorme progresso, em muitas áreas do Índice de Vida Melhor da OCDE, que mede o desempenho dos países em diferentes áreas de condições de vida material e qualidade de vida o Brasil tem tido um desempenho inferior ao dos países da OCDE, mas semelhante ou melhor do que o de outros países da América Latina. Enquanto o Brasil classifica-se acima da média da OCDE em equilíbrio trabalho-vida e bem-estar subjetivo e vínculos sociais, há mais espaço para melhorias em áreas como saúde e educação (Figura 2). O Capítulo 2 dá destaque à melhoria das políticas de atenção à saúde; as políticas de educação foram discutidas no Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil de 2013.

Figura 2. Índice de Vida Melhor



Fonte: OCDE (2015), "Índice de Vida Melhor 2015", OCDE Estatísticas Sociais e de Bem-Estar (base de dados).

Políticas macroeconômicas para restaurar a confiança

O crescimento econômico estagnou em 2014. O ajuste fiscal e as políticas monetária e de crédito mais restritivas ainda estão limitando a demanda interna no curto prazo. As investigações em curso sobre corrupção e fraudes licitatórias na companhia nacional de petróleo, a Petrobras, levantaram questões de governança, afetaram a confiança e atrasarão a recuperação do investimento, tanto dos investidores nacionais quanto dos estrangeiros. A Petrobras responde por uma parte significativa dos investimentos nacionais e a empresa já anunciou uma desaceleração de seus planos de investimento. Rebaixamentos recentes do crédito soberano por parte de agências classificadoras de risco implicou a perda do grau de investimento para alguns títulos soberanos brasileiros, o que pode prejudicar o investimento e aumentar o custo de capital para algumas empresas brasileiras. O crescimento moderado da China limitará a demanda de exportações e os preços de exportação das commodities brasileiras provavelmente permanecerão baixos, embora a contínua desvalorização do Real possa aumentar a participação de mercado em algumas áreas, inclusive em bens manufaturados.

Com estes ventos contrários, espera-se que o PIB se contraia em 2015 e 2016 (Tabela 1). No entanto, uma vez melhorados os resultados fiscais e quando a inflação começar a retornar para a meta, surgirão claros retornos, pois a recuperação da confiança dará respaldo a investimento e consumo mais fortes, particularmente se forem acompanhados de reformas estruturais. O crescimento deverá tornar-se positivo em 2016, sem contudo levar a taxa anual para território positivo para esse ano. Durante 2017, o crescimento deverá retornar gradualmente para o seu nível potencial, que tem sido prejudicado pelos gargalos na oferta e pelo baixo nível de investimento do passado.

Tabela 1. Brasil: Indicadores Macroeconômicos

	2012	2013	2014	2015	2016
Crescimento real do PIB	1,8	2,7	0,1	-3,1	-1,2
Crescimento potencial do PIB (estimativa OCDE)	3,1	2,9	2,6	2,1	1,9
Inflação (média para o ano)	5,8	5,9	6,4	9,1	6,7
Inflação (fim do período)	5,6	5,8	6,5	9,4	4,9
Desemprego	5,5	5,4	4,8	6,7	7,2
Balanco fiscal (percentual do PIB)	-2,3	-3,1	-6,2	-7,4	-7,2
Balanco primário (percentual do PIB)	2,2	1,8	-0,6	0,1	0,7
Balanco da conta corrente	-2,2	-3,4	-3,9	-3,4	-2,7

Fonte: Projeções da OCDE, Base de dados do *Economic Outlook*, Banco Central.

Tabela 2. Indicadores Econômicos Básicos

	Em %					
	2000	2010	2011	2012	2013	2014
Oferta e Demanda						
PIB (em BRL bilhões correntes)	1202.4	3886.8	4374.8	4713.1	5157.6	5521.3
PIB (em USD bilhões correntes)	657.1	2210.3	2613.5	2411.5	2387.9	2345.4
PIB per capita (em US\$ bilhões correntes)	7016.6	11306.1	13239.9	12103.5	11878.0	11566.8
Taxa de Crescimento do PIB (real em %)	4.4	7.6	3.9	1.8	2.7	0.1
Oferta						
Agricultura	2.7	6.8	5.6	-2.5	7.9	0.4
Indústria	4.4	10.4	4.1	0.1	1.8	-1.2
Serviços	3.8	5.8	3.4	2.4	2.5	0.7
Demanda						
Consumo Privado	4.0	6.4	4.8	3.9	2.9	0.9
Consumo Público	-0.2	3.9	2.2	3.2	2.2	1.3
Investimento bruto fixo	4.8	17.8	6.6	-0.6	6.1	-4.4
Exportações	12.9	11.7	4.8	0.5	2.1	-1.1
Importações	10.8	33.6	9.4	0.7	7.6	-1.0
Finanças públicas (setor público consolidado, em % do PIB)						
Balanço primário	3.2	2.6	2.9	2.2	1.8	-0.6
Balanço nominal	-3.4	-2.4	-2.5	-2.3	-3.1	-6.2
Dívida bruta ¹	...	51.8	51.3	54.8	53.3	58.9
Balanco de pagamentos (em USD bilhões)						
Balanço corrente	-24.2	-47.3	-52.5	-54.2	-81.2	-91.3
Em porcentagem do PIB	-3.7	-2.1	-2.0	-2.2	-3.4	-3.9
Balança comercial	-0.7	20.1	29.8	19.4	2.3	-4.0
Exportações	55.1	201.9	256.0	242.6	242.0	225.1
Importações	-55.8	-181.8	-226.2	-223.2	-239.7	-229.1
Reservas internacionais (brutas)	33.0	288.6	352.0	373.1	358.8	363.6
IDE (influxos líquidos)	32.8	48.5	66.7	65.3	64.0	62.5
Dívida externa a pagar	216.9	256.8	298.2	312.9	308.6	348.5
Em % do PIB	33.0	11.6	11.4	13.0	12.9	14.9
Taxa de câmbio e preços						
Taxa de câmbio (BRL/USD, média do período)	1.8	1.8	1.7	2.0	2.2	2.4
Inflação (IPCA em %, fim do período)	6.0	5.9	6.5	5.8	5.9	6.4
Núcleo de inflação (em %, fim do período)	3.9	5.6	6.8	5.8	6.1	6.4
Mercado de trabalho						
Taxa de desemprego (em %) ²		6.7	6.0	5.5	5.4	4.8

1. Governo geral. Não inclui obrigações do tesouro no balanço do banco central sob acordos de recompra.

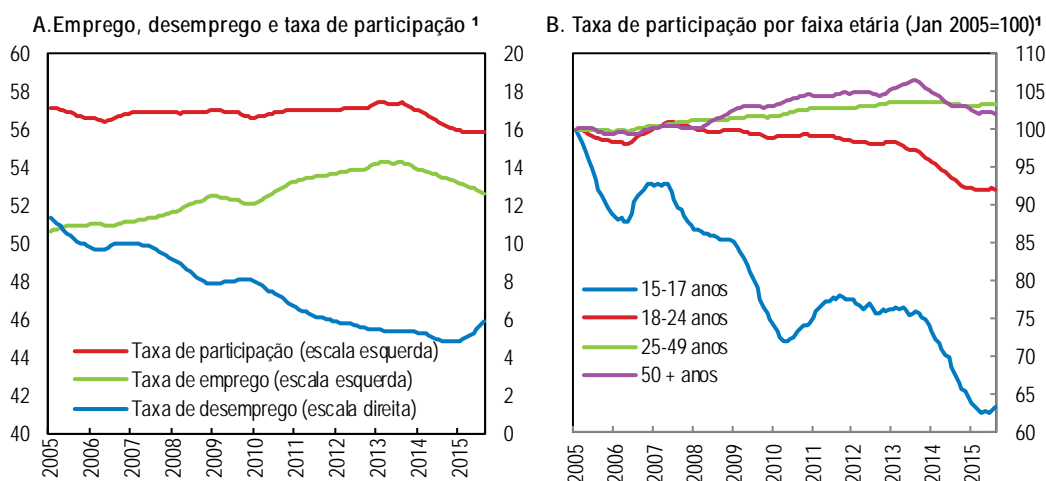
2. Pesquisa mensal de emprego (PME/IBGE).

Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil, Tesouro Nacional, FMI.

O mercado de trabalho tem sido robusto, apesar do fraco crescimento, e o desemprego nas principais áreas metropolitanas caiu para níveis inferiores a 5%, no início de 2015, (cerca de 11% em 2005), antes de subir de novo, mais recentemente para 5,9% em agosto de 2015 (Figura 3, painel A). No entanto, desde o início de 2013, a taxa de emprego também caiu, e boa parte do declínio do desemprego a partir de então foi resultado da queda da participação da força de trabalho, que caiu mais rapidamente do que o emprego. Um dos possíveis motivos para o declínio de participação da

força de trabalho pode ser o aumento da renda dos domicílios de baixa renda e o melhor acesso aos programas educacionais, que estimularam os jovens a permanecer na escola por mais tempo (Cabanas et al, 2014). Na verdade, o declínio da participação da força de trabalho deve-se, em grande parte aos grupos etários de 15-17 anos e 18-24 anos (Figura 3, painel B). Isto significa que o aumento do desemprego é um risco quando esses jovens terminarem a educação, e os primeiros sinais desse fenômeno já começaram a aparecer, com o aumento dos jovens que estão sem emprego e afastados da educação (NEET).

Figura 3. Indicadores do mercado de trabalho



1. 12 meses médias móveis.

Fonte: IBGE.

Os riscos negativos que se descortinam incluem a não implementação das reformas, inclusive de um ajuste fiscal de médio prazo crível, possivelmente devido a divisões políticas entre os poderes Executivo e Legislativo do governo, ou quedas adicionais de arrecadação. Isto poderia reduzir a confiança e o investimento e pode provocar novos rebaixamentos de classificação de risco de investimento. A confiança também pode ser prejudicada se a política monetária não alcançar reduções significativas na inflação. O impacto dos eventos que se desdobram na Petrobras pode ser mais grave do que se espera, no caso de ocorrerem mais cancelamentos de projetos de investimentos agendados, ou se as investigações provocarem mais falências em atividades a montante, inclusive no setor da construção civil. Embora os níveis dos reservatórios de água tenham aumentado recentemente, ainda permanece uma pequena possibilidade de racionamento de energia ou de água nos próximos anos. Um racionamento desse tipo já prejudicou significativamente o crescimento no início dos anos 2000. A volatilidade dos mercados de capitais internacionais pode retornar, no contexto da normalização da política monetária nos Estados Unidos, mas as elevadas reservas de moeda estrangeira do Brasil, de 371 bilhões de dólares (25% do PIB), fornecem um forte anteparo. Depreciações adicionais do Real podem trazer dificuldades para as empresas que contraíram empréstimos em moeda estrangeira, embora uma fração significativa desta dívida esteja coberta contra riscos cambiais. Uma desaceleração maior do crescimento da China, que é o destino de muitas das exportações de commodities do Brasil, ou da América Latina, que é um importante destino das exportações de produtos manufaturados, também poderá reduzir o crescimento do Brasil.

A realização de um ajuste fiscal substancial será considerada uma prova decisiva da melhoria das políticas macroeconômicas. Caso se realize, o aumento da confiança que se seguirá poderá ser mais poderoso do que se espera, especialmente se for acompanhado de um avanço na agenda de reformas estruturais. Dado o amplo escopo para melhorar o ambiente de negócios, algumas reformas-chaves poderiam fazer uma diferença significativa na produtividade e no crescimento, particularmente nos setores transacionáveis. Um passo importante em direção à abertura do comércio internacional poderia desencadear as pressões competitivas necessárias para aumentar a produtividade e reduzir os custos dos insumos importados. As recentes iniciativas políticas para reduzir as barreiras à abertura de empresas, a partir do final de 2015, também podem fortalecer

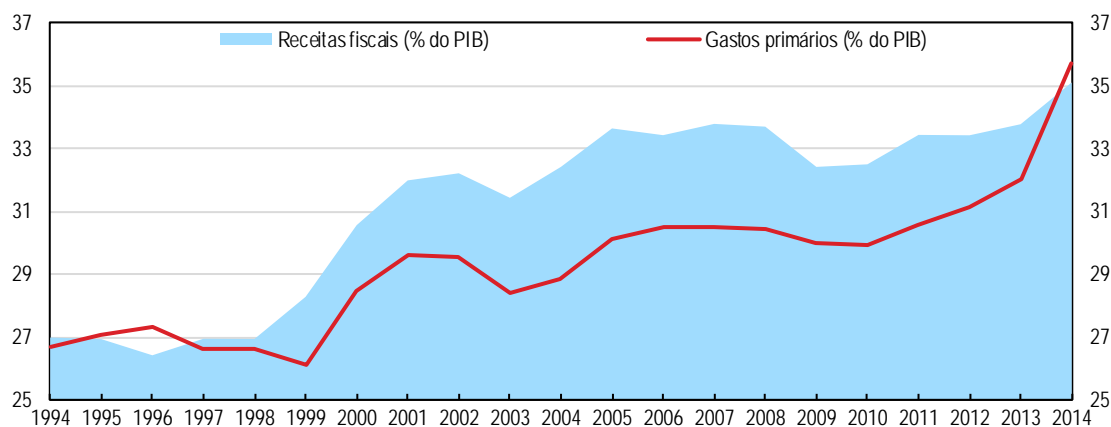
significativamente a concorrência. Riscos adicionais incluem um aumento maior que o esperado da demanda, com os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, e uma melhoria das condições econômicas na Argentina, que aumentaria a demanda por bens manufaturados brasileiros.

Consolidar as finanças públicas

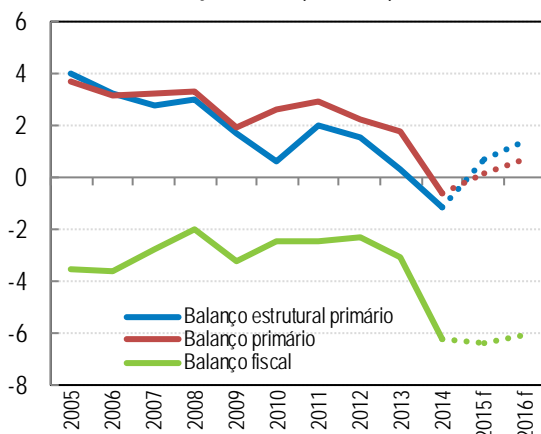
Desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, o Brasil tem alcançado avanços significativos na construção de uma reputação de condutor de uma política fiscal sólida, mas a credibilidade das contas fiscais foi questionada recentemente. Um superávit fiscal primário é necessário para colocar a dívida em uma trajetória declinante, mas os resultados fiscais apresentaram um déficit primário pela primeira vez em 2014 (Figura 4). Alterações das definições legais e uma série de medidas de contabilidade não usuais trouxeram este mau resultado aos padrões de conformidade com as regras do orçamento, mas algumas dessas medidas foram consideradas incompatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Constituição do Brasil, pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2015a, 2015b). À luz dos melhoramentos nas contas públicas é menos provável que esta situação ocorra no futuro.

Figura 4. Os balanços fiscais se deterioraram

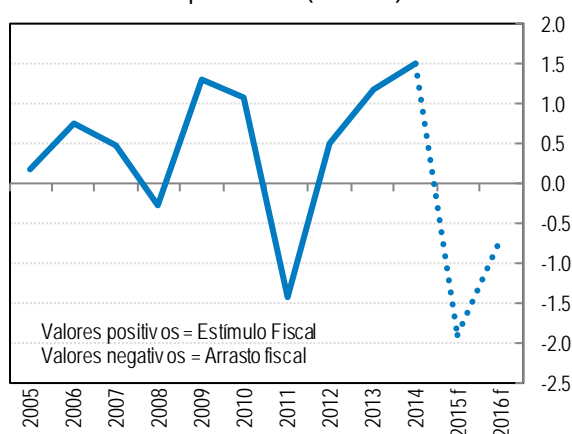
A. O superávit primário virou déficit



B. Balanços fiscais (% do PIB)¹



C. Impulso Fiscal (% do PIB)²



1. Para o setor público consolidado.

2. O impulso fiscal é definido como a mudança no balanço estrutural primário.

Fonte: Tesouro Nacional, Banco Central, cálculos da OCDE.

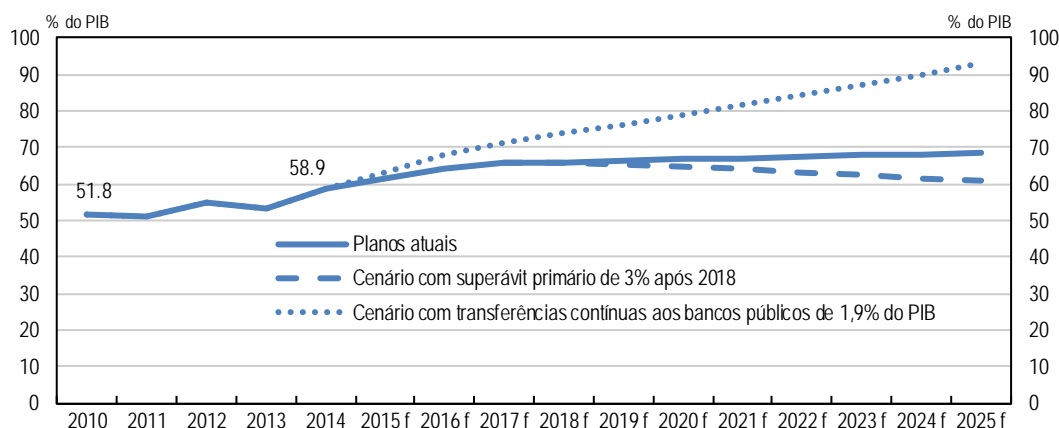
Nos últimos anos, desonerações fiscais importantes e transferências crescentes aos bancos públicos levaram à deterioração das contas públicas. Parte dessas desonerações foram entretanto revogadas e o governo também anunciou o fim das transferências para os bancos em 2015. A deterioração das contas fiscais provocou o aumento da dívida bruta, de 52% do PIB em 2010, para 59% em 2014. Isto é mais baixo do que em muitas economias avançadas, mas é alto, à luz da taxa de juros de mais de 13% que o Brasil paga pela sua dívida. A classificação do crédito soberano do Brasil foi rebaixada para um nível abaixo do grau de investimento por uma agência de classificação de riscos em setembro de 2015. No longo prazo, as estimativas sugerem que o envelhecimento da população exigirá gastos anuais adicionais de 3% do PIB entre hoje e 2030, o que impõe ainda mais pressão sobre a sustentabilidade fiscal (Figura 4, painel B). Riscos relacionados com a composição da dívida pública diminuíram nos últimos anos, dada a proporção crescente de títulos do tesouro de taxa fixa ou indexados à inflação e a uma menor proporção da dívida indexada a taxas de juro de curto prazo ou à taxa de câmbio.

Em janeiro de 2015, uma nova equipe econômica iniciou um ajuste fiscal e as atuais metas de superávit primário são de 0,15% do PIB para 2015 e 0,7% para 2016, seguido por um aumento gradual para 2% em 2018. Estas metas podem ser reduzidas, se as receitas de concessões ficarem aquém da expectativa, ou se o congresso não aprovar algumas das medidas de consolidação. Além do aumento dos impostos, o ajuste também inclui o fim das transferências do tesouro para os bancos públicos, que provocaram uma expansão do crédito direcionado, mesmo si a efetividade dessa expansão para o aumento do investimento corporativo tem sido questionada (Bonomo et al, 2014). As novas metas foram definidas com base nas previsões de mercado sobre as variáveis macroeconômicas. Para alcançar essas metas será preciso um esforço fiscal significativamente maior do que inicialmente previsto, devido aos gastos consideráveis decididos em 2014 com datas de pagamento marcadas para o início de 2015, o que afetará as contas fiscais de 2015. A arrecadação fiscal também caiu para abaixo das expectativas em 2015. Essa consolidação fiscal implica compromissos, pois chega em um momento de baixo crescimento e existem incertezas relativamente à evolução dos multiplicadores fiscais, mas é necessária para resgatar a credibilidade da política fiscal.

Os planos de reforma incluem reduções dos gastos, que muitas vezes têm um impacto mais duradouro. A eficiência das transferências sociais foi melhorada, reduzindo as distorções que frequentemente provocavam a rotatividade do emprego, e a cobertura dos programas sociais foi reduzida para combater os abusos, por meio do aumento do rigor nas regras de elegibilidade para a obtenção de determinados benefícios. Os incentivos fiscais para as companhias de eletricidade, que surgiram como resultado do adiamento dos aumentos das tarifas de luz, acumulando dívidas no setor elétrico, foram descontinuados. Estas correções trarão benefícios de longo prazo, que vão além do seu impacto fiscal imediato. No curto prazo, no entanto, a rígida estrutura fiscal do Brasil está limitando a redução das despesas correntes, através de atrasos internos, da vinculação de recursos e de despesas obrigatórias. Como resultado parcial, a carga do ajuste cai mais uma vez no investimento público, como nos episódios anteriores de consolidação, o que é lamentável, dada a necessidade de reduzir os gargalos e estimular a demanda. As medidas de consolidação previstas também contemplam as receitas, inclusive com redução de diversas desonerações fiscais anteriores, algumas das quais tinham efeitos de distorção, que podem ter prejudicado o investimento e a produtividade, e a elevação dos impostos sobre os combustíveis.

Simulações da OCDE sugerem que essas metas retardarão significativamente a expansão da dívida bruta em relação ao PIB, que poderá alcançar quase 70% do PIB até 2025 (Figura 5). Estas simulações presumem que as transferências para os bancos públicos, que foram em média 1,9% do PIB por ano entre 2012 e 2014, vão ser interrompidas, como anunciado. Se elas continuarem, a razão da dívida com o PIB subiria para 96% em 2025, mantendo-se tudo o mais constante.

Além dos planos atuais até 2018, o avanço da consolidação reduzirá a carga das despesas com juros, que atualmente ultrapassa 8% do PIB. Para comparação, Chile e México gastaram, respectivamente, 0,6% e 2,7% do PIB em despesas com juros em 2014. Considerando as futuras pressões fiscais causadas pelo envelhecimento da população, a consolidação pode ser mais fácil agora do que no futuro e provavelmente reduzirá a taxa de juros paga sobre a dívida pública. Por exemplo, a geração de um superávit primário de 3% do PIB após 2018 reduziria a dívida pública à média dos países da América Latina, que é aproximadamente 50% do PIB, até 2035. Alcançar esta redução da dívida em 2030 exigirá superávits primários de 3,4% do PIB.

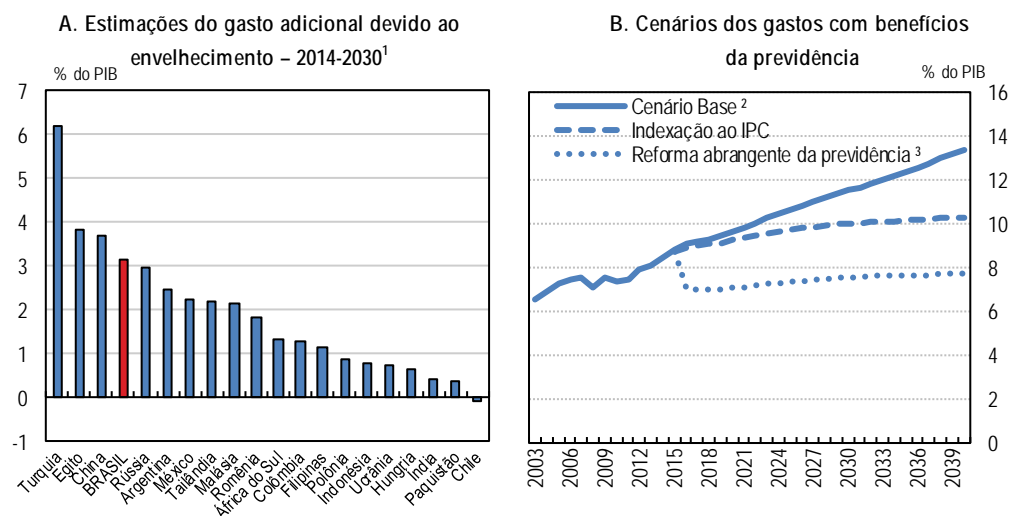
Figura 5. Trajetórias possíveis da dívida¹

1. O cenário com os planos atuais presume um superávit fiscal de 0,15% em 2015, 0,7% em 2016, 1,3% em 2017 e 2% do PIB a partir de 2018. O segundo cenário presume as metas do balanço primário anunciado para 2015-2017, e superávits mais elevados a partir de então. Os dois primeiros cenários não preveem nenhuma transferência adicional aos bancos públicos, e o terceiro presume uma continuidade das transferências como no período 2012-2014. As pressuposições macroeconômicas são um crescimento médio real do PIB como o da Tabela 1 para 2015-2016, 1,7% para 2017 e 2,0% a partir de então. Presume-se uma inflação como a da tabela 1 para 2015 e 2016, e 4,5% a partir de então. A previsão para a taxa de juros SELIC baseia-se nas atuais expectativas de mercado para 2015 e 2016, com um decréscimo de 0,5 pontos percentuais a cada ano, a partir de 2017. Para 2015-2019 a SELIC presumida foi de 12,6% e para 2020-2025 é de 9,8%.

Fonte: Cálculos baseados nas Perspectivas OCDE: Estatísticas e projeções (base de dados) outubro, FMI (2015d).

Em mais longo prazo, será necessário um melhor direcionamento dos benefícios sociais. Uma reforma do sistema previdenciário do Brasil, que custa mais de 10% do PIB e cujos gastos estão aumentando rapidamente, seria um ingrediente essencial para uma reforma sustentável. Apesar de sua população jovem, o Brasil já gasta mais com as aposentadorias por velhice do que muitos países da OCDE (Figura 6, painel A). Mais ainda, a mesma transformação demográfica que ocorreu em mais de 60 anos nos Estados Unidos ocorrerá em apenas duas décadas no Brasil (Banco Mundial, 2011). As projeções sugerem que as despesas com a previdência social aumentarão, de 8,5% do PIB para mais de 13%, por volta de 2040 se o mecanismo de indexação atual permanecer inalterado (Figura 6, painel B). Isto exclui o sistema separado de aposentadoria dos funcionários públicos. As pensões dos servidores públicos tomam 2,2% do PIB, mas sua carga fiscal em longo prazo irá diminuir devido a uma reforma implantada com êxito em 2012.

Diversas medidas de política poderiam contribuir para conter o gasto com aposentadorias e assistência social, mas alterar o mecanismo de indexação dos benefícios mínimos é um componente inevitável de qualquer reforma que contenha o gasto de uma forma eficaz. Atualmente, o benefício mínimo é igual ao salário mínimo, e dois terços dos aposentados e pensionistas recebem esse nível de benefício. Isto provocou um aumento real de quase 90% do benefício mínimo nos últimos 10 anos e a taxa de substituição líquida (benefício individual líquido dividido pela renda líquida de pré-aposentadoria) é atualmente 91% no Brasil, em comparação com uma média de 63% da OCDE. O atual mecanismo de indexação também provocou uma compressão dos benefícios, pois os benefícios mais altos têm sido indexados apenas aos preços. Isso reduz os incentivos para contribuir mais para o sistema. Devido às fortes pressões políticas por mais aumentos do salário mínimo, manter o benefício mínimo indexado ao salário mínimo resultará, provavelmente, em aumentos rápidos de seu valor real. Estender o atual mecanismo de indexação dos benefícios mínimos para as aposentadorias e pensões mais elevadas, como foi recentemente proposto pelo Poder Legislativo, aumentaria as despesas com a previdência ainda mais rapidamente, embora terminem a compressão apontada.

Figura 6. O envelhecimento da população aumentará as pressões sobre o gasto

1. Estimativas do FMI da necessidade de ajuste para os gastos com saúde e previdência, baseado em metas de dívida de longo prazo.
2. Os benefícios da previdência incluem as aposentadorias urbanas e rurais e as pensões de assistência social, mas excluem as aposentadorias dos servidores públicos. O "cenário de base" presume o crescimento médio real do PIB de 2,0% no período 2015-2040, com recuperação imediata e inflação de 4,6%. Presume-se que o número de beneficiários da previdência social crescerá a uma média de 3,1%, alinhado com o crescimento da população idosa (idade de 55+). As pensões mínimas foram presumidas como indexadas ao salário mínimo, que foi projetado de acordo com a atual regra de indexação, baseada nos preços ao consumidor anterior mais o PIB anterior.
3. A "reforma abrangente da previdência" presume a indexação ao IPC, ao invés do salário mínimo, para os beneficiários das pensões mínimas: aumento da idade de aposentadoria para 65 anos para homens e mulheres e mudanças nos critérios de elegibilidade para pensões por viuvez que, presume-se que provocará uma diminuição pela metade das pensões aos sobreviventes.

Fonte: OCDE Pensions at a Glance, FMI Monitor Fiscal (2014), Estatísticas Populacionais das Nações Unidas, Ministério da Previdência, cálculos da OCDE.

Por outro lado, preservar o poder aquisitivo das aposentadorias e da assistência social, indexando os níveis atuais ao índice de preços ao consumidor relevante para os domicílios de baixa renda (INPC), praticamente estabilizaria as despesas com aposentadorias em 10,3% do PIB a partir de 2030. Alternativamente, os benefícios previdenciários poderiam ser indexados a uma média da inflação dos preços ao consumidor e dos aumentos salariais médios, como é feito, por exemplo, na Suíça, embora, neste caso, eles aumentariam substancialmente.

Uma reforma mais abrangente do sistema previdenciário também deve incluir o aumento da idade média para a aposentadoria, que é de 55 anos para os homens e 50 para as mulheres. A recente queda da taxa de participação dos trabalhadores mais velhos reitera a necessidade de reduzir os incentivos para a aposentadoria antecipada. Isso poderia ser feito com o fortalecimento dos incentivos financeiros para as pessoas se aposentarem mais tarde, por exemplo, oferecendo, neste caso, benefícios mais elevados e introduzindo uma idade mínima para a aposentadoria. Essa idade mínima de aposentadoria poderia aumentar gradualmente, para facilitar a aceitação pública. Nos países da OCDE, os homens se aposentam com idade média de 64 anos e as mulheres com 63 (OCDE 2013a). No futuro, a idade da aposentadoria pode ficar vinculada à crescente expectativa de vida, a fim de tornar o ajuste automático e, assim, evitar gastar capital político em um processo rotineiro de reforma da previdência. A elevação da idade de aposentadoria para os níveis de países da OCDE permitiria estabilizar o gasto público com a previdência ligeiramente abaixo de 8% do PIB, próximo dos níveis atuais. As recentes propostas feitas pelo Poder Legislativo, depois ajustadas pelo Poder Executivo, provavelmente provocarão uma redução das penalidades para a aposentadoria precoce. Isto reduzirá, em vez de aumentar, a idade efetiva de aposentadoria, o que pode comprometer a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Além do sistema previdenciário, há espaço para melhorias na eficiência dos programas sociais. O programa de transferência vinculado ao trabalho - Abono Salarial, que custa 0.3% do PIB, deve ser reavaliado. O programa paga aos trabalhadores do setor formal que ganham rendimentos mensais entre um e dois salários mínimos, o que corresponde ao 56º e ao 83º percentil da distribuição da renda, um benefício social equivalente a um salário mínimo mensal ao final do ano. Se esse benefício se limitasse aos indivíduos que ganham um salário mínimo, em vez de dois, como ocorre atualmente, o governo economizaria 80% do dinheiro gasto hoje.

Estas reformas não colocariam em causa o compromisso de reduzir a desigualdade de renda. Na verdade, um melhor direcionamento dos benefícios sociais poderia acelerar o avanço social do Brasil. Em primeiro lugar, aumentos reais menos rápidos das transferências para destinatários que estão situados no 56º percentil da distribuição da renda, que é onde se situa o salário mínimo, dificilmente aumentará a desigualdade. Em segundo lugar, parte dessa poupança poderia ser usada para expandir as transferências com impacto mais forte sobre a desigualdade, como a transferência condicional de renda do programa Bolsa Família, que atualmente custa menos de 1% do PIB (ver Capítulo 2 do Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil, 2013). Esse foco em instrumentos de redistribuição mais eficientes atingiria o objetivo de redução da desigualdade de renda, a um custo menor, ou permitiria reduções adicionais da desigualdade. Por exemplo, micro-simulações usando dados domiciliares sugerem que, durante 2012 e 2013, o Brasil poderia ter alcançado 63% a mais de redução da desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, do que realmente conseguiu, se os benefícios mínimos de aposentadoria e pensão tivessem sido indexados à inflação, em vez de ao salário mínimo, e as economias resultantes tivessem sido gastas com transferências condicionais de renda para as famílias pobres.

Pelo lado da arrecadação, fechar uma série de brechas do sistema tributário poderia fortalecer a receita e reduzir as distorções. Por exemplo, além do pagamento de dividendos aos acionistas, as empresas têm uma opção de pagá-los com juros sobre capital próprio, que são tratados como despesa, ou seja, não estão sujeitos à tributação sobre o rendimento das empresas (IRPJ). Para o acionista, isto é tributado à mesma taxa de 15% que é cobrada sobre os dividendos. Isso tem efeitos regressivos sobre a distribuição de renda e reduz também a poupança corporativa. Em vez disso, a aplicação da alíquota padrão IRPJ geraria receitas adicionais de 0.1% do PIB. Ademais, as alíquotas de impostos para os prestadores de serviços independentes e profissionais liberais, que declaram o imposto sobre os rendimentos como se fossem uma empresa, podem ser tão baixos quanto 5%, sem nenhuma taxa de retenção de dividendo, em comparação com o imposto de renda da pessoa física, que é de 27,5%. Isso cria fortes incentivos para declarar os impostos como pessoa jurídica e resulta em tratamento fiscal desigual para diferentes atividades. Os planos atuais de aumentos moderados de impostos sobre heranças são bem-vindos, pois eles aumentam a igualdade de oportunidades. A menos de 0.1% do PIB, a arrecadação proveniente do imposto sobre herança no Brasil é menos da metade da média da OCDE. Novos aumentos nos impostos sobre os combustíveis seriam justificados do ponto de vista ambiental (veja abaixo).

O gasto cresceu rapidamente nos últimos anos. Uma forma de garantir uma gestão fiscal prudente para o futuro poderia ser a adoção de uma regra de despesas, que inclua todas as despesas. Já que os estabilizadores automáticos operam predominantemente pelo lado da receita, uma regra de despesa não seria muito pró-cíclica. No contexto do rígido processo orçamentário do Brasil, que se caracteriza por grandes volumes de receitas vinculadas e gastos obrigatórios em determinadas áreas, a operação de uma regra de despesas não será fácil e exigirá repensar alguns destes fatores de rigidez. Ainda assim, a alternativa de aumento contínuo de impostos que vem sendo tradicionalmente usada para resolver situações de desequilíbrios fiscais no Brasil atingiu o seu limite, e um controle efetivo do gasto pode forçar uma discussão sobre como desfazer alguns dos fatores de rigidez orçamentária.

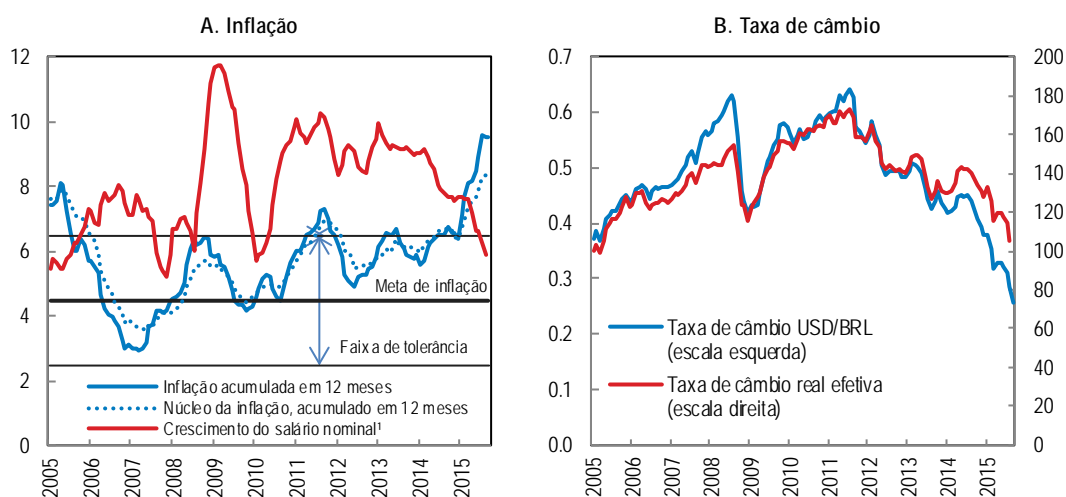
Uma regra de despesas também é uma opção atraente porque é mais fácil de calcular, explicar e monitorar, do que uma regra ajustada ciclicamente. As experiências do Peru e dos Países Baixos com tal regra é positiva (Ayuso-i-Casals, 2012; Carranza et al, 2014; Cordes et al., 2015). A garantia de que o quadro fiscal será implementado e que a discricção existente não será abusada exige clareza sobre todas as operações fiscais e parafiscais. O Brasil já tem diversas instituições com um papel de controle fiscal. Por exemplo, o Tribunal de Contas da União tem sido muito eficaz no exame das contas fiscais ex post. No entanto, uma instituição de auditoria independente, responsável pelo monitoramento ex ante da conformidade e com a regra fiscal com os requisitos de transparência,

pode ajudar a evitar violações da mesma no futuro. Para este fim, muitos países – e recentemente todos os países da União Europeia – estabeleceram conselhos fiscais independentes.

Assegurar o retorno da inflação para sua meta

Embora a economia esteja crescendo abaixo do potencial desde meados de 2013, a inflação e o núcleo da inflação estão rondando o limite superior de 6,5% do intervalo de tolerância em torno da meta de inflação de 4,5% (Figura 7, painel A). Pressões salariais significativas, resultantes de um mercado de trabalho aquecido, políticas expansionistas fiscais e de crédito, e a existência de mecanismos de indexação formal e informal podem ajudar a explicar estas ocorrências. Recentemente, os aumentos dos preços administrados representaram uma grande parte da inflação total, refletindo as dificuldades no setor elétrico e os ajustes que haviam sido adiados no passado. Estes efeitos provavelmente diminuirão ao longo do tempo. O Real tem tido uma tendência de desvalorização desde 2011, tanto com relação ao dólar norte-americano, quanto em termos efetivos (Figura 7, painel B). Uma contínua depreciação do Real pode contribuir para acrescentar mais pressão inflacionária no futuro.

Figura 7. Inflação e taxa de câmbio



1. Mostrado como média móvel de seis meses.

Fonte: Banco Central.

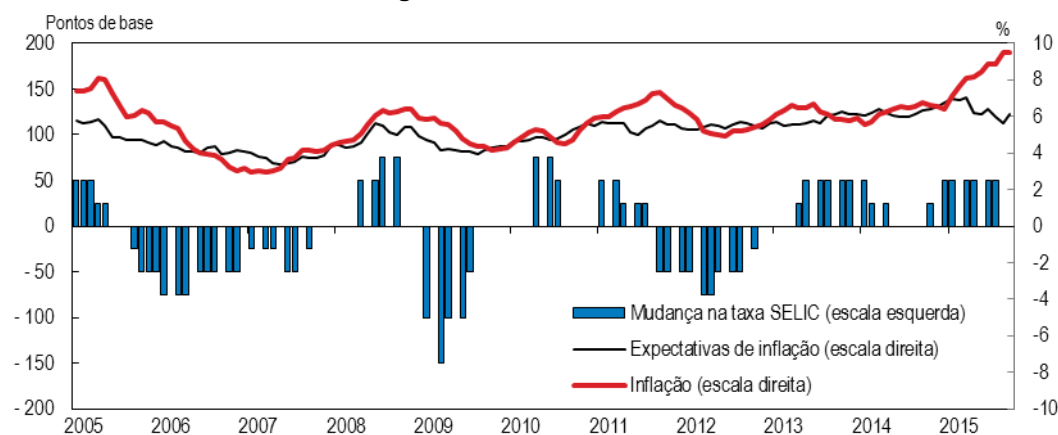
As autoridades monetárias reagiram à inflação acima da meta com vários aumentos da taxa Selic (Figura 8). No entanto, as inconsistências das políticas limitaram o impacto desses aumentos. Em particular, os bancos públicos continuaram a estimular a expansão do crédito, com a ajuda de transferências do tesouro, mesmo enquanto a política monetária mais apertada tentava conter o crescimento do crédito. Com uma política fiscal mais apertada e o corte das transferências para bancos públicos, é provável que a política monetária se torne mais eficaz.

Desde outubro de 2014, o Banco Central reitera o seu compromisso de trazer a inflação de volta para a meta de 4,5% até o final de 2016. Este é um objetivo adequado, mas exigirá que a política monetária se mantenha vigilante e aumente as taxas ainda mais, caso surjam pressões inflacionárias adicionais. No curto prazo, outros ajustes nos preços administrados e mais depreciação da taxa de câmbio também criarão pressões pontuais sobre os preços, mas não ameaçarão, por si sós, a meta de inflação.

Embora o Banco Central tenha até agora cumprido com êxito as regras do regime de metas para a inflação, a efetividade da política monetária poderia ser melhorada ainda mais, com o fortalecimento de sua independência percebida. Uma maneira de fazer isso é definir um mandato fixo para o presidente do Banco Central e os demais membros do Comitê de Política Monetária,

durante o qual eles não podem ser demitidos. A maioria dos países com metas de inflação tem um mandato fixo (Hammond, 2012). A recente decisão de limitar a faixa de tolerância para 1,5% em torno da meta de 4,5% a partir de 2017 reforçará o compromisso do Banco Central e deverá contribuir para um melhor ancoragem das expectativas de inflação.

Figura 8. Política monetária



Fonte: Banco Central.

A eficácia da política monetária também será fortalecida com a atual intenção de reduzir os volumes de crédito direcionado e ajustar a taxa de juros cobrada pelo crédito direcionado (TJLP) mais frequentemente em consonância com a taxa Selic. Até agora, a taxa de política monetária Selic afetou apenas a metade do crédito, que estava sujeito a condições de mercado. Por outro lado, a taxa de juros cobrada pelo crédito direcionado é determinada pela TJLP, que é definida pelo Conselho Monetário Nacional, integrado pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central. Nos últimos cinco anos, a TJLP tem se mantido muito estável e não acompanhou as mudanças na Selic, embora ela tenha sido ajustada para cima duas vezes em 2015.

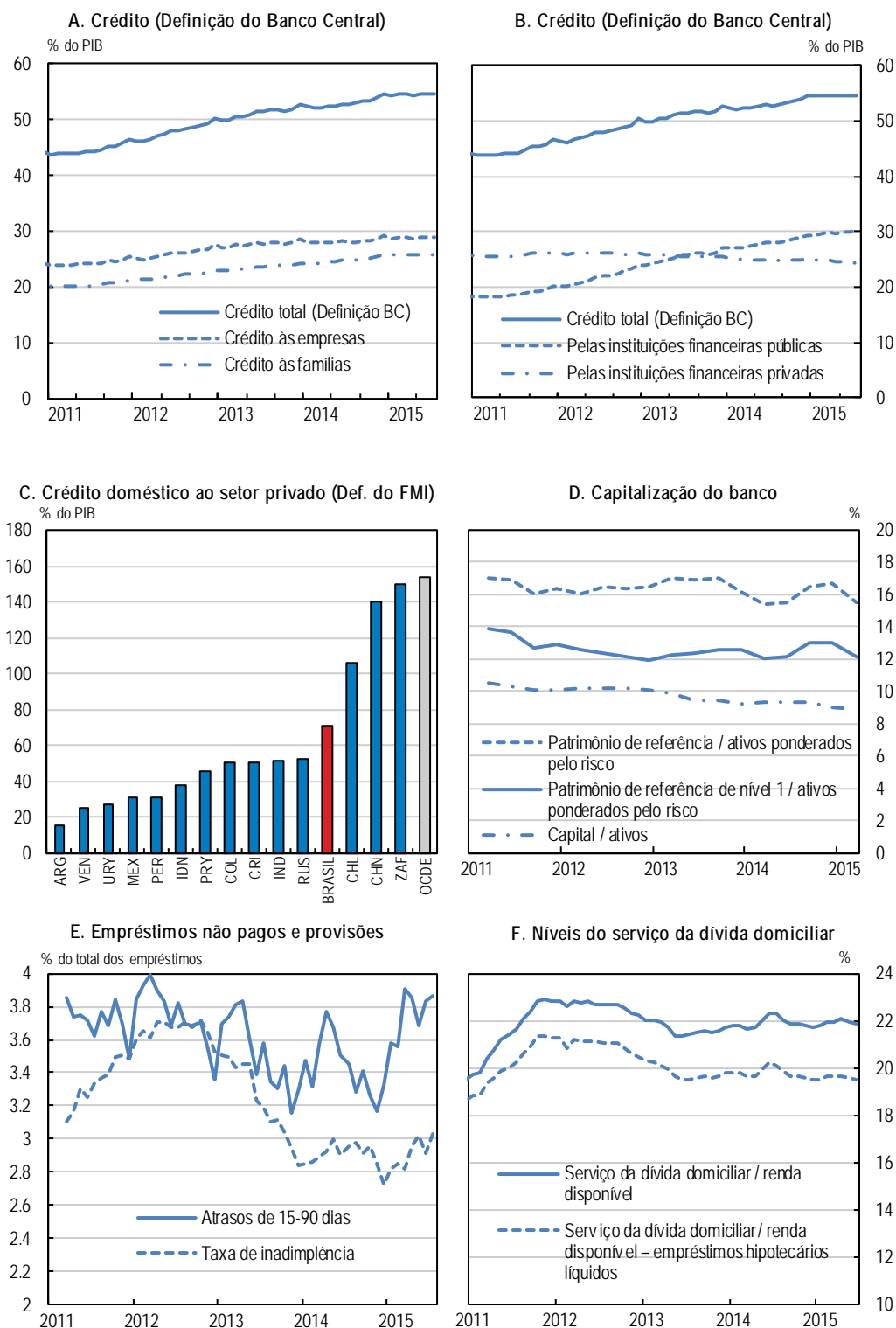
O governo tomou medidas para promover o desenvolvimento do mercado de capitais de longo prazo, inclusive reduzindo o papel do banco público de desenvolvimento, o BNDES. Estes esforços também incluem requisitos obrigatórios de co-financiamento privado para empréstimos do BNDES, como foi recomendado no Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil, 2013. Além disso, os debêntures de infraestrutura desempenham um papel crescente no financiamento de projetos de infraestrutura.

Reduzir as vulnerabilidades de médio prazo

Os indicadores de saúde financeira comparam bem, mas os custos do serviço da dívida são altos

Com níveis de crédito de 70% do PIB, de acordo com a definição do FMI, os mercados de crédito ainda são menos desenvolvidos do que em outras economias emergentes, e ainda estão se aprofundando (Figura 9). A capitalização bancária excede o nível exigido pelos padrões internacionais, e os bancos estão bem provisionados. O Brasil adotou as normas da Basileia II e 2,5 e os regulamentos de aplicação das normas Basileia III entrarão em vigor gradualmente com a plena aplicação prevista para 2019, de acordo com um cronograma internacionalmente acordado. Uma avaliação recente realizada pelo Comitê da Basileia de Supervisão Bancária concluiu que estes regulamentos estão compatíveis com as recomendações da Basileia III. A exposição do sistema financeiro a choques externos tem diminuído, devido à acumulação de reservas de moeda estrangeira, e existem limitações rigorosas ao financiamento em moeda estrangeira aos bancos. A taxa de inadimplência vem caindo desde 2012.

Figura 9. Indicadores do sistema financeiro

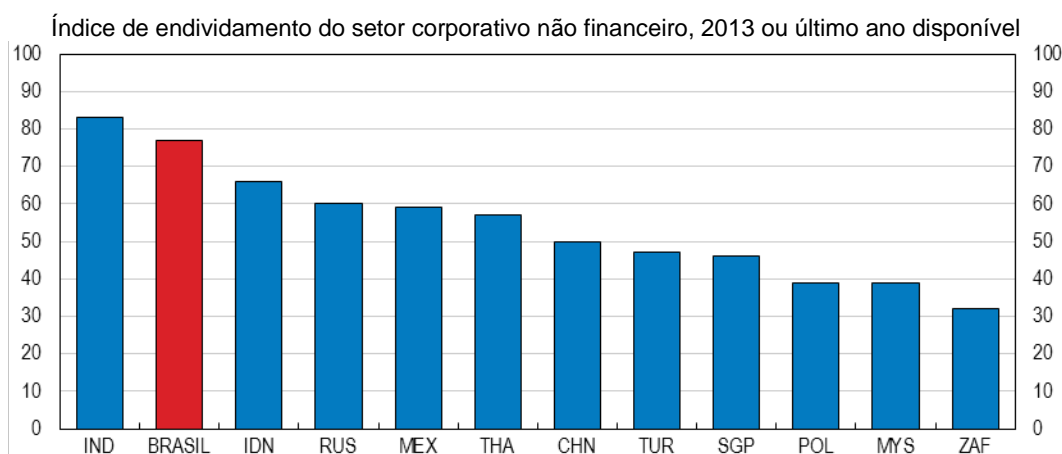


Fonte: Banco Central do Brasil, FMI (2015c), CEIC.

Boxe 1. Incertezas de médio prazo sobre as perspectivas da economia brasileira

Incerteza	Resultado possível
Implementação das reformas	O insucesso das reformas, incluindo uma reforma fiscal a médio prazo credível, assim como reformas estruturais, poderia reduzir a confiança e o investimento.
Petrobras	A Petrobras representa uma fração significativa do investimento nacional e tem ramificações generalizadas com outros sectores da economia. O desenrolar dos acontecimentos na Petrobras podem ter um maior impacto se implicarem cancelamentos adicionais de investimento planejado ou se as investigações levarem a novas falências em atividades a montante.
Contas externas	O financiamento do déficit em conta corrente poderia tornar-se mais difícil no caso de uma redução do apetite dos investidores por ativos dos mercados emergentes. Isso poderia resultar numa redução dos fluxos de investimento direto estrangeiro, que atualmente cobrem 88% do déficit em conta corrente.
Dívida das empresas e das famílias	Uma recessão mais profunda ou depreciação adicional do Real podem implicar dificuldades para tomadores de empréstimos corporativos, embora uma fracção significativa da dívida das empresas esteja coberta contra o risco cambial. Uma supervisão forte, contudo, está limitando os riscos no setor bancário.

Desde o final de 2014, os atrasos de pagamento de até 90 dias, que são por vezes vistos como um indicador avançado para a taxa de inadimplência, cresceram ligeiramente, particularmente no setor empresarial, onde o endividamento já é elevado relativamente aos padrões internacionais (Figura 10). Essas ocorrências devem ser monitoradas de perto pelo Banco Central. A proporção crescente dos empréstimos hipotecários e do crédito consignado na dívida das famílias estendeu seu prazo, mantendo constantes os níveis de serviço da dívida e melhorando a qualidade dos portfólios de crédito dos bancos, apesar do crescente endividamento. Mesmo assim, os níveis do serviço da dívida das famílias, de cerca de 22% do rendimento disponível, são maiores do que em outros países, devido, em grande parte, às altas taxas de juros e prazos de vencimento curtos (BIS, 2015). A crescente inadimplência dos empréstimos empresariais, em particular os empréstimos às PMEs, e o aumento dos riscos dos empréstimos ao consumo devem também ser monitorados com rigor. Dada a sua dimensão e suas ramificações generalizadas com outros setores da economia, a saúde financeira da empresa estatal de petróleo Petrobras poderá também ser uma fonte de risco, pois a empresa está altamente endividada e sofreu perdas significativas, principalmente devido a intervenções nos preços que mantiveram, no passado, os preços no varejo abaixo dos custos de importação, mas também devido à corrupção.

Figura 10. A dívida das empresas é alta

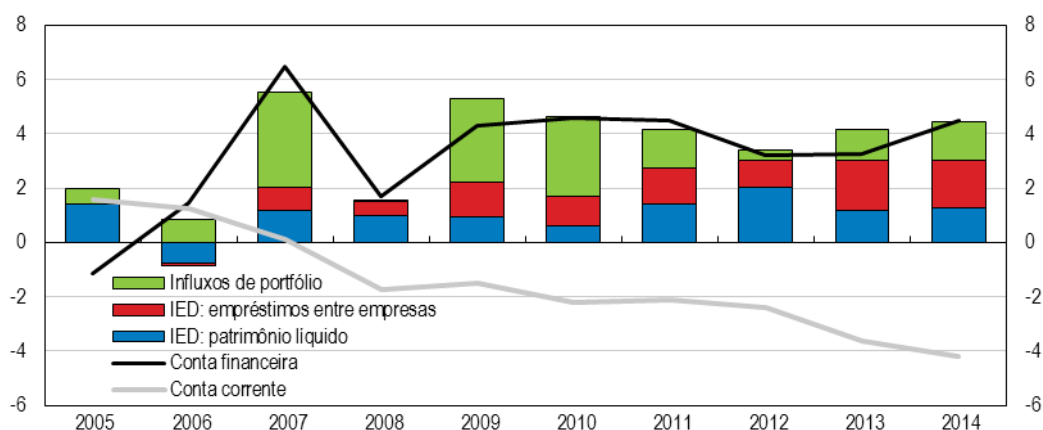
Fonte: FMI – Relatório de Estabilidade Financeira Global 2014.

Os desequilíbrios externos se ampliaram

O déficit em conta corrente aumentou nos últimos dois anos para 4,5% do PIB, acima dos 2,1% em 2011. Isto se deve principalmente à erosão constante da balança comercial, que declinou de um superávit de USD \$ 30 bilhões em 2011 para um déficit USD 4 bilhões em 2014, a medida que os termos de troca do Brasil se deterioraram significativamente. Mais recentemente, dada a contração da demanda doméstica, exportações mais fortes, a depreciação do Real e preços do petróleo mais baixos, o déficit em conta corrente caiu e a balança comercial no acumulado do ano voltou ao território positivo, em 2015. A entrada de investimento estrangeiro direto (IED) é considerável, mas já não cobre totalmente o déficit da conta corrente. Além disso, a composição dos influxos de IED mudou. Em particular, a parte dos empréstimos a entidades afiliadas no Brasil, que são considerados IED pelo Manual de Balança de Pagamentos do FMI, aumentou substancialmente em 2014. Esta evolução, que é comum a várias economias de mercado emergentes, provocou pedidos de cautela, porque em alguns casos, esses empréstimos não podem ser considerados tão estáveis como IED em ativos físicos, e implicam maior vulnerabilidade a choques externos (BIS, 2014; Gruig e Wooldridge, 2015). Na verdade, as características da partilha de risco desses empréstimos podem estar mais próximas dos influxos de carteira do que à IED em ativos físicos (FMI, 2015a). Sessenta por cento dos fluxos de capital líquidos para o Brasil são hoje compostos por dívida de carteira e empréstimos a empresas afiliadas (Figura 11).

Figura 11. Os desequilíbrios externos cresceram

Em % do PIB



Fonte: CEIC, Banco Central do Brasil.

O elevado déficit da conta corrente e as mudanças estruturais na conta financeira apontam para uma crescente exposição à volatilidade dos mercados internacionais de capitais. Como resultado, uma redução do apetite dos investidores por ativos de mercados emergentes pode dificultar o financiamento do déficit da conta corrente, embora a taxa de câmbio flexível aja como um amortecedor de choques e as reservas cambiais do Brasil tenham alcançado 25% do PIB. Os balanços das empresas provavelmente não sofrerão muito com a volatilidade da taxa de câmbio no curto prazo, dada a evidência generalizada de cobertura de risco por parte do setor empresarial.

Boxe 2. Recomendações para a política macroeconômica

Recomendações chave

- Implementar o ajuste fiscal de acordo com objetivos de médio prazo, incluindo uma estabilização da dívida bruta.
- Aumentar gradualmente a idade de aposentadoria e indexar as aposentadorias e pensões aos preços ao consumidor, ao invés de ao salário mínimo.

- Estabelecer mandatos de tempo fixo para o presidente do Banco Central e para os membros do Comitê de Política Monetária.
- Para aumentar a efetividade da política monetária, ajustar a taxa de empréstimos direcionados (TJLP) de acordo com as variações da taxa básica de juros (Selic).

Outras recomendações

- Adotar uma regra de despesas e reduzir a rigidez do processo orçamentário, incluindo as receitas vinculadas e as despesas obrigatórias. Consolidar a fiscalização orçamentária para monitorar a conformidade com a regra fiscal *ex ante*.

Sustentar o crescimento futuro

À medida que a população brasileira envelhece, o crescimento não mais será respaldado por uma força de trabalho crescente, como ocorreu no passado. Como resultado, o crescimento econômico dependerá cada vez mais das melhorias na produtividade, em parte mediante a reforma de algumas das configurações de política que atualmente impedem o crescimento mais intenso da produtividade. Há uma ampla margem para a obtenção de ganhos de produtividade no setor industrial, onde algumas reformas estruturais chave poderiam liberar um significativo potencial de crescimento não utilizado (ver Capítulo 1). Também há espaço para melhorias de produtividade no setor de serviços, embora a automação frequentemente prove ser mais difícil de ser implantada no setor de serviços do que nas atividades industriais. O setor agrícola se destaca por seus expressivos ganhos de produtividade no passado, mas forçar o aumento da produtividade agrícola ainda mais poderá, em algum momento, resultar em crescentes pressões sobre os recursos ambientais. O desafio do crescimento sustentável no futuro envolve o aumento da produtividade, mas assegurando ao mesmo tempo o uso responsável dos ativos ambientais, mantendo o ritmo da redução da pobreza e da desigualdade.

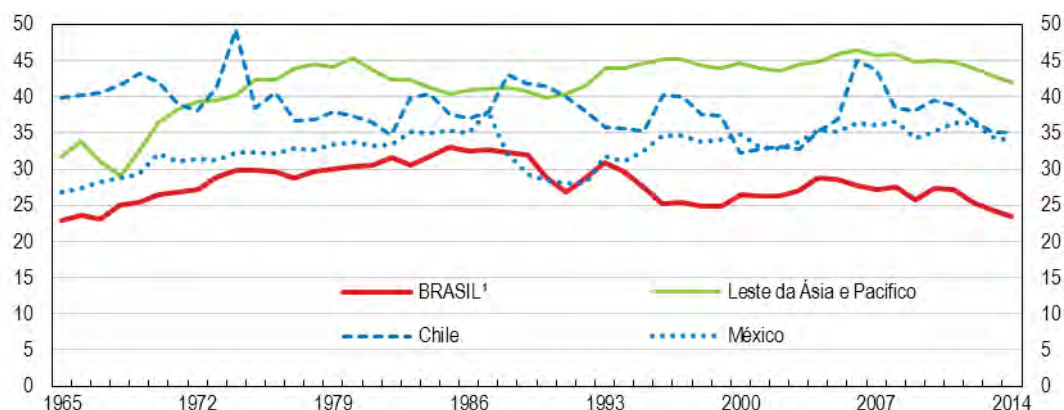
Fortalecer o desempenho industrial

O Brasil tem um grande parque industrial, cuja origem pode ser rastreada ao menos desde a década de 1930. Naquela época, os significativos esforços de política para a industrialização do que era então uma economia essencialmente agrícola, baseada em commodities, tiveram êxito na implantação de atividades de maior valor agregado no país. Na década de 1980, a indústria já tinha crescido para mais de 30% do PIB e tornou-se altamente diversificada, inclusive em bens de consumo duráveis, bens intermediários e de capital, em parte apoiada nas estratégias de substituição de importações e forte proteção comercial. Desde então, no entanto, a importância do setor industrial na economia vem diminuindo significativamente, ao mesmo tempo em que o crescimento industrial vem se fortalecendo de forma constante em diversos países da Ásia Oriental (Figura 12). Mesmo em comparação com outros países da América Latina, o declínio do setor industrial do Brasil tem sido notável. Ao contrário de várias outras economias de mercado emergentes, onde o setor industrial tem sido um motor essencial do crescimento agregado do PIB, a produção industrial real, em porcentagem do PIB do Brasil, tem permanecido basicamente inalterada nos últimos 20 anos. Na verdade, boa parte da recente desaceleração econômica pode ser atribuída ao desempenho do setor industrial, que foi abaixo da média. Na última década, o crescimento real anual do setor industrial foi, em média, de apenas 2%, ao passo que o crescimento do PIB real foi em média de 3,4%.

Este fraco desempenho é, em grande parte, o resultado da baixa produtividade, que está abaixo da de outros países (Figura 13). As tendências globais que moldaram a produção industrial foram, em grande parte, ignoradas pela indústria do Brasil. Estas incluem uma crescente fragmentação e otimização das cadeias de valor, que permitiram que as empresas se concentrassem em suas principais capacidades, e a crescente integração ao comércio internacional. Globalmente, os insumos intermediários passaram a representar uma grande parte dos fluxos de comércio mundiais, como parte do surgimento das cadeias de valor global. Enquanto muitos países hoje em dia usam uma quantidade significativa de produtos importados para produzir suas exportações, quase 90% do valor agregado das exportações brasileiras é produzido internamente (OCDE, 2015a).

Figura 12. Participação do valor adicionado da indústria

Em % do PIB, valores atuais

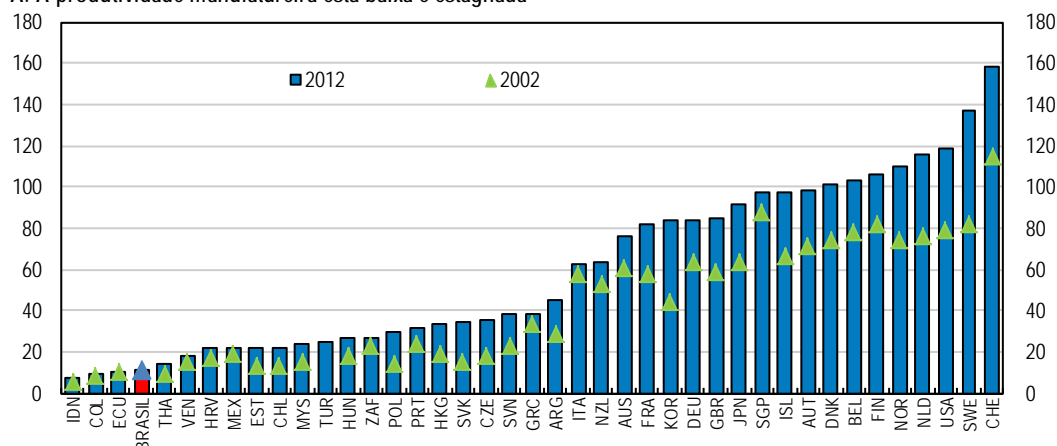


1. A série original para o Brasil contém quebras metodológicas em 1990 e 1995, e foi, portanto, reconstruída em consonância com a metodologia sugerida por Bonelli e Pessoa (2010) e Bonelli e Pinheiro (2015).

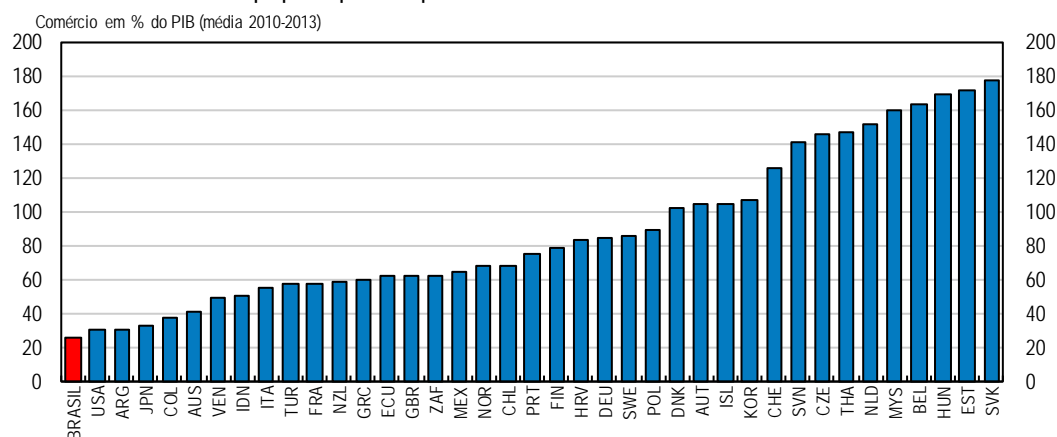
Fonte: Cálculos da OCDE baseados em dados do IBGE e IPEADATA para o Brasil, Banco Mundial para os demais países.

Figura 13. Desempenho industrial e integração ao comércio global

A. A produtividade manufatureira está baixa e estagnada¹



B. O comércio do Brasil é pequeno para um país do seu tamanho



1. Em USD mil constantes de 2015 por empregado.

Fonte: Banco Mundial, ILO, IBGE, OCDE-OIT, Comércio e Valor Agregado (TiVA) – julho de 2015.

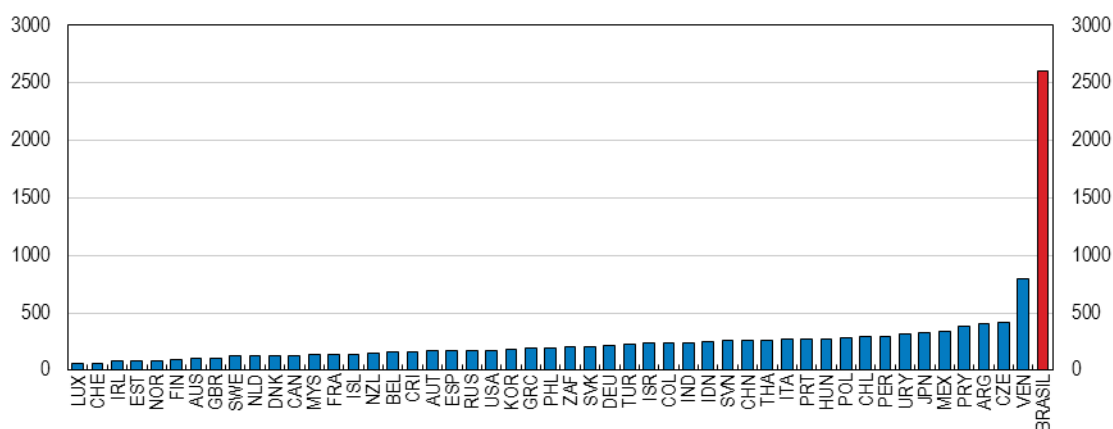
Os ganhos de produtividade agregada são também cada vez mais impulsionados pela realocação de recursos para as empresas com níveis mais elevados de produtividade, mas no Brasil, o funcionamento dos mecanismos de realocação parece ser fraco. Como resultado desses fatores, o Brasil não tem compartilhado dos ganhos de produtividade proporcionados por os desenvolvimentos globais e não conseguiu se tornar a grande potência industrial que poderia ser. Os últimos anos têm sido particularmente difíceis para a indústria brasileira, e a produção industrial real vem diminuindo desde o final de 2013. Ainda assim, o Brasil acolhe muitas indústrias altamente competitivas, em setores tão diversos como alimentos e aeronaves.

As principais explicações para o baixo desempenho das empresas industriais estão relacionadas com as estruturas de custos e de incentivos. Os fatores de custos externos às empresas dificultam a concorrência com os competidores internacionais, tanto nos mercados domésticos quanto nos de exportação, limitando sua capacidade de explorar economias de escala. Incentivos distorcidos, inclusive as baixas pressões competitivas, significam que as empresas não irão explorar todo o potencial de melhoria interna da produtividade. Eles também podem impedir o funcionamento dos mecanismos de mercado que realocam os recursos para as empresas mais produtivas, inclusive as novas.

Reduzir o “custo Brasil”

Os altos custos da indústria do Brasil como resultado de políticas mal desenhadas são frequentemente chamados de "custo Brasil". O primeiro dentre estes é um sistema fragmentado e ineficiente de impostos indiretos. O ponto em que o Brasil mais se destaca são os altos custos de compliance (cumprimento) dos impostos indiretos (Banco Mundial, 2015; CNI, 2014). Uma empresa padrão na indústria de transformação gasta 2.600 horas anuais para cumprir suas obrigações fiscais, contra 356 horas nos países latino-americanos, e 184 nos países da OCDE (Figura 14). O maior dos seis impostos indiretos do Brasil, o ICMS, é cobrado pelos estados, e cada estado aplica seu próprio código tributário, sua própria base tributária e suas próprias alíquotas. O Brasil aplica uma combinação dos princípios de origem e destino ao comércio interestadual, e as empresas que desejarem oferecer bens e serviços em todo o país são obrigadas a cumprir as regras tributárias de cada estado. Os créditos para as transações interestaduais são muitas vezes adiados ou recusados (CNI, 2014). Os impostos indiretos do Brasil são uma combinação de imposto sobre vendas e imposto sobre valor adicionado, porque eles somente permitem créditos fiscais para insumos intermediários se os últimos forem incorporados ao bem final vendido (o chamado princípio do "crédito físico"). O ônus da prova sobre a quantidade de determinado insumo que entra diretamente no produto final fica nas mãos dos contribuintes, o que resulta no uso excessivo de contabilistas fiscais e litígios frequentes.

Figura 14. Horas necessárias para preparar impostos
Para uma empresa padrão, 2014



Fonte: Banco Mundial (2015).

O caminho ideal a seguir seria consolidar os diferentes impostos indiretos em um único imposto sobre valor agregado, com regras simples. O governo federal poderia conduzir o processo, consolidando seus próprios impostos indiretos em um único valor agregado fiscal com base ampla, pleno reembolso pelo IVA pago no insumo e alíquota zero para as exportações. Uma vez estabelecido tal imposto, pode ser mais fácil integrar o ICMS a esse sistema, possivelmente na forma de sobretaxas estaduais específicas, mas com a mesma base tributária, preservando o nível atual das receitas. É perfeitamente possível acomodar o desejo dos diferentes estados de aplicar alíquotas diferentes, contanto que a tributação siga estritamente o princípio do destino, e o reembolso do imposto sobre as transações interestaduais seja fácil. A União Europeia aplica um sistema desse tipo, por exemplo. Se isso ainda causar diminuição de arrecadação para alguns estados, o governo central poderia criar um fundo para compensar temporariamente estas perdas.

Os gargalos de infraestrutura, resultantes de muitos anos de baixo investimento, estão na origem dos elevados custos de transporte e logística para as empresas industriais, em particular para as empresas exportadoras. Neste contexto, os projetos de infraestrutura anunciados recentemente, que incluem rodovias, aeroportos, portos e ferrovias são bem-vindos. Há um desejo de envolver os investidores privados na construção e no financiamento de novas infraestruturas e houve melhorias no mecanismo usado para as concessões e obras públicas, que podem fortalecer a concorrência. No entanto, o progresso foi prejudicado por falta de capacidade administrativa e experiência técnica das instituições públicas envolvidas nos projetos de infraestrutura. Os editais de licitação de obras públicas e concessões devem ser preparados com mais cuidado, e os custos devem ser mais previsíveis, por meio de especificações mais precisas dos aspectos físicos, jurídicos e ambientais, e dos riscos envolvidos. Dedicar mais tempo e recursos na fase de planejamento reduzirá as renegociações na fase posterior à outorga, quando a concorrência já não pode ser estimulada. Em muitas economias avançadas, a fase de planejamento dos projetos de infraestrutura ocupa quase a metade do tempo total do projeto, enquanto que no Brasil o planejamento do projeto é muitas vezes conduzido paralelamente com o início das obras. O fortalecimento da capacidade e da independência das agências reguladoras, incluindo nas áreas de transporte, eletricidade e comunicações, poderia também respaldar o avanço mais rápido da infraestrutura. A concorrência no setor da construção civil será provavelmente fortalecida com as recentes mudanças legislativas que aumentaram a margem de participação estrangeira nas licitações públicas.

Devido ao fato de que a maioria dos futuros projetos de infraestrutura serão provavelmente realizados sob a forma de concessões, também será importante tomar medidas eficazes para evitar o conluio entre os licitantes, e a corrupção. Tais práticas privam a sociedade dos benefícios de uma licitação pública verdadeiramente competitiva ao desviar recursos públicos, e impedem o surgimento de empresas novas e mais competitivas. Seria muito útil realizar uma avaliação minuciosa das leis de licitações públicas, em especial da maneira em que suas inúmeras complexidades e isenções afetam a integridade e a concorrência nos processos licitatórios. As regras relativas aos conflitos de interesses, incompatibilidades e imparcialidade na licitação pública poderiam ser simplificadas e fortalecidas. Os procedimentos de delação e leniência são hoje dificultados pelas competências concorrentes e pelos sistemas paralelos para delitos semelhantes, o que dificulta a proteção eficaz dos delatores. Além disso, também seria útil melhorar a capacitação dos funcionários das entidades envolvidas sobre como detectar o conluio.

Um fator importante por trás dos baixos níveis de produtividade da indústria brasileira é o baixo nível de qualificação da força de trabalho. As análises empíricas confirmam o importante papel da escolaridade na melhoria da produtividade (Arnold e Flach, 2015). A falta de qualificação afeta particularmente o setor industrial, e 65% das empresas industriais consideram que a contratação de trabalhadores qualificados é um obstáculo à sua produtividade e crescimento (CNI, 2013). A proporção de alunos matriculados em cursos profissionais e técnicos, em níveis secundário e superior, é baixa em comparação internacional e os prêmios salariais de até 20% para os graduados de nível secundário com treinamento técnico sobre aqueles sem treinamento técnico refletem a carência de capacitação técnica no Brasil (CNI, 2013). O Brasil está abordando esta questão com a criação de oportunidades adicionais de formação profissional, sob a égide do programa Pronatec. Ampliar ainda mais a participação em programas de formação profissional aliviaria a falta de capacitação enfrentada pelas empresas industriais (e outras) e permitiria ganhos de produtividade maiores.

Melhorar os incentivos para um crescimento de produtividade mais forte

As políticas mal desenhadas também afetam os incentivos que orientam o comportamento de empresas industriais. Por exemplo, as dificuldades de reivindicar créditos fiscais para insumos intermediários no sistema de impostos indiretos distorcem a organização da cadeia de valor em direção a uma excessiva integração vertical. Os impostos com base no faturamento da empresa, como aqueles postos em prática em 2014 juntamente com as desonerações da folha de pagamento, têm o mesmo efeito, já que os impostos pagos sobre insumos não produzidos na mesma empresa não podem ser deduzidos da base tributária. Isso reduz as possibilidades de auferir ganhos de produtividade por meio da obtenção dos bens e serviços intermediários junto a fornecedores externos potencialmente mais eficientes, e de imitar a fragmentação da cadeia de valor que se tornou comum na maioria dos principais países industriais.

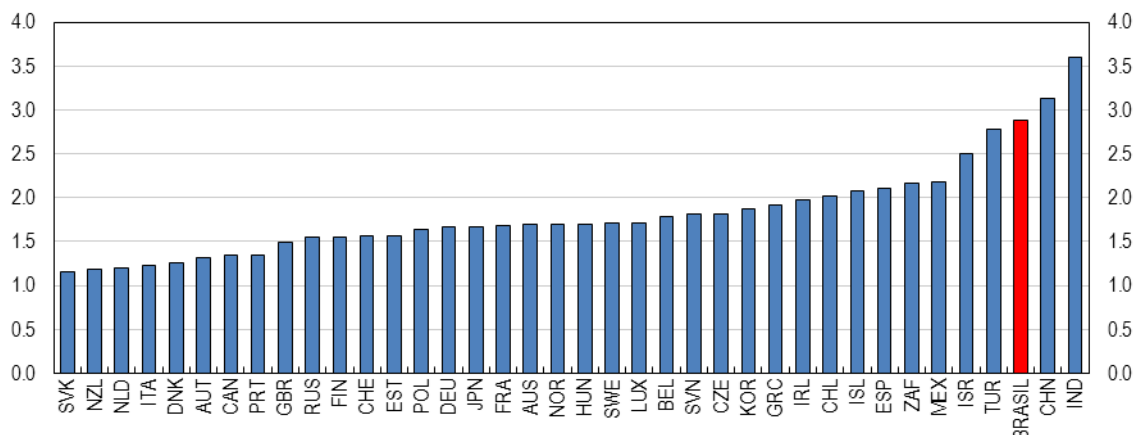
Um desafio-chave para melhorar os incentivos do setor industrial é fortalecer a concorrência. A concorrência é o que cria incentivos para adotar tecnologias de produção mais eficientes, para alcançar as melhores práticas globais, para a introdução de novos produtos inovadores e para um melhor direcionamento dos produtos existentes às necessidades dos consumidores. As políticas de inovação do Brasil não são muito diferentes das que são usadas em outros países. Na verdade, o apoio público à inovação empresarial aumentou de forma consistente ao longo dos anos, através de medidas de apoio direto e créditos fiscais à P&D. Mas o que realmente leva as empresas a inovar não é a disponibilidade de apoio público, mas as pressões competitivas que elas enfrentam em seus mercados. Por exemplo, a Lei de Informática de 1991, concede incentivos fiscais no valor de R\$ 4 bilhões por ano aos produtores domésticos de aparelhos eletrônicos, embora estudos sugiram que isto não conseguiu estimular a P&D ou aumentar a produtividade do setor (Kannebley e Porto, 2012). A falta de concorrência nos mercados de muitos produtos, evidenciada pelos altos níveis de concentração e estruturas de mercado rígidas, parece ser um dos principais motivos do baixo desempenho da inovação das empresas industriais brasileiras (Pinheiro, 2013; IEDI, 2011; IEDI, 2014). A evidência empírica revela que as empresas brasileiras que foram expostas à concorrência em mercados estrangeiros aplicaram maiores esforços de inovação no contexto doméstico (de Araújo, 2005).

A concorrência também é a força motriz da dinâmica industrial de melhoria da produtividade, permitindo que empresas com melhor desempenho cresçam, em detrimento daquelas com menor produtividade, o que implica também a abertura e o fechamento de empresas. As evidências sugerem que esses mecanismos de redistribuição não funcionam bem no setor industrial do Brasil, e muitas vezes são as empresas menos produtivas, dentro de um determinado setor, que têm grandes e até mesmo crescentes quotas de mercado (capítulo 1). As barreiras regulatórias ao empreendedorismo e à abertura de empresas podem ser parte da explicação. As regras e os procedimentos para a abertura de uma empresa no Brasil são consideravelmente mais restritivas do que nos países da OCDE, e falta transparência e simplicidade, de acordo com os indicadores de Regulação do Mercado de Produtos da OCDE (Figura 15). A análise comparativa realizada pelo Banco Mundial confirma isto, com o Brasil classificado em 167º lugar, dentre as 185 economias pesquisadas (Banco Mundial, 2015). Na verdade, abrir um negócio no Brasil exige, até agora, 12 procedimentos e leva 83 dias, enquanto o mesmo pode ser feito no Chile, México e Colômbia em menos de 11 dias.

As iniciativas governamentais recentes visam a reduzir significativamente os encargos administrativos. Um projeto piloto de reforma, que permite a abertura de uma empresa em menos de uma hora, foi posto em prática no Distrito Federal em meados de 2015. Essas regras permitem o início das operações enquanto se aguarda a licença formal no caso de atividades de baixo risco, o que inclui cerca de 90% das atividades. A aplicação nacional destas regras simplificadas está agendada para ser concluída até o final de 2015. Já desde fevereiro de 2015, o encerramento das atividades de uma empresa pode ser feito em apenas uma hora, ao passo que antes, os encargos administrativos necessários para fechar uma empresa eram quase proibitivos. Essas reformas, se implementadas como planejado, provavelmente trarão melhorias significativas de produtividade, pois as análises empíricas, usando dados de nível empresarial, sugerem que os altos encargos administrativos para a abertura de uma empresa estão associados a uma menor produtividade da firma (Arnold e Flach, 2015). O desenvolvimento de mercados de capitais mais profundos poderá também melhorar as perspectivas de entrada de empresas novas e inovadoras com maior potencial de produtividade.

Figura 15. As barreiras de regulação ao empreendedorismo são altas

Indicadores distribuídos de 0 (menos restritivo) a 6 (mais restritivo), 2013



Fonte: OCDE Product Market Regulation Indicators, 2013, disponível em www.oecd.org/eco/pmr.

É importante formular as políticas industriais de forma que elas não criem obstáculos à abertura de novas empresas ou ao crescimento pós-entrada das empresas bem sucedidas, inclusive à custa das empresas estabelecidas, ou a saída de empresas menos produtivas, o que é essencial para liberar os recursos que as empresas bem sucedidas precisam para crescer a uma escala eficiente. As políticas destinadas a apoiar o setor industrial muitas vezes tendem a defender o status quo, ao invés de permitir que as melhores empresas e indústrias prosperem. No futuro, o crescimento da produtividade agregada poderia ser melhor respaldado permitindo a seleção natural das empresas e garantindo que as políticas sejam neutras, tanto com relação ao tratamento dado às empresas existentes e às iniciantes quanto com relação aos setores de atividade. Embora alguns países tenham obtido êxito com as políticas de apoio industrial dirigidas a setores específicos, este foi o caso apenas onde tais políticas foram concebidas para gerar efeitos de aprendizagem, o que implica que elas eram temporárias, com data marcada de retirada (Rodrik, 2004, 2008).

Uma taxa mais alta de rotatividade de empresas poderia, em princípio, implicar custos de ajustamento para os empregados, que terão que encontrar um novo emprego, mas no Brasil, boa parte da rotatividade do trabalho ocorre atualmente por iniciativa dos próprios empregados, inclusive devido aos incentivos embutidos no seguro de desemprego. Na indústria de transformação, mais de 50% dos empregados mudam de emprego no prazo de um ano (DIEESE, 2014). Um aumento das taxas de rotatividade das empresas não fará muita diferença para a elevada rotatividade do trabalho entre os trabalhadores de baixos salários no Brasil.

A indústria brasileira também continua sendo significativamente mais protegida da concorrência internacional do que a de muitos outros países, inclusive da América Latina. Embora as tarifas tenham baixado, a tarifa média do Brasil de 10% é duas vezes superior à média da Colômbia e de outros países BRIICs (Figura 16). Os requisitos de conteúdo nacional vinculados às licitações públicas, as reduções de impostos ou ao financiamento por bancos públicos contribuíram para proteger os produtores nacionais da concorrência estrangeira. Simulações de modelo sugerem que isto provocou reduções significativas nas importações e exportações (Stone et al., 2015). Além de reduzir a concorrência, as barreiras comerciais sobre os insumos tornam os insumos intermediários ou bens de capital mais caros, reduzindo assim a competitividade. Embora um regime de isenção tarifária para bens de capital esteja em vigor, ele se aplica somente se não existir nenhum produto nacional equivalente, e o Brasil tem uma indústria de bens de capital considerável. As tarifas sobre os insumos intermediários também podem brechar a produtividade ao limitar o acesso a uma variedade maior de insumos intermediários de alta qualidade (Grossman e Helpman, 1991; Amiti e Konings, 2007).

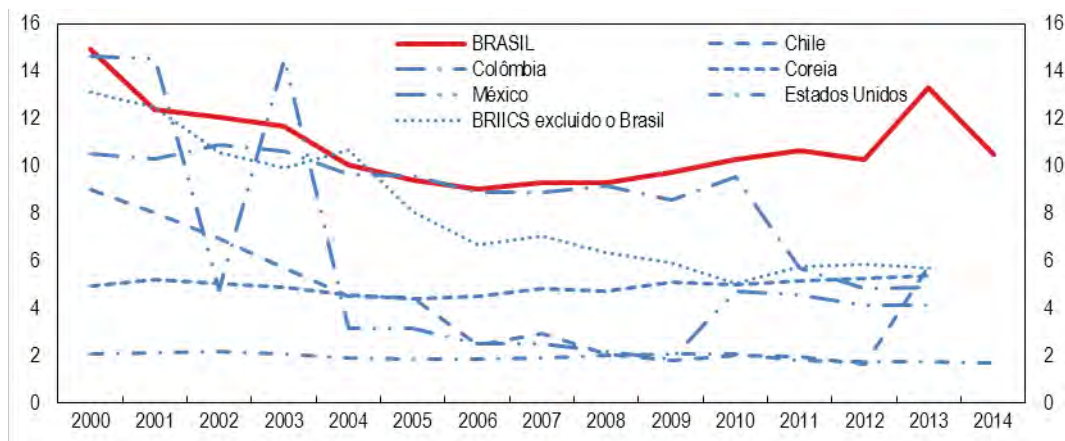
Os elevados níveis de proteção comercial enfraquecem a concorrência e os incentivos para melhorar a produtividade, mesmo que não tenham impedido o declínio gradual do setor industrial, em favor de serviços não transacionáveis. A este respeito, a opção intermediária de impor tarifas de importação substancialmente mais elevadas do que seus concorrentes estrangeiros, mas permitindo

um certo grau de concorrência estrangeira no setor industrial, provou ser uma combinação particularmente desfavorável, que impediu o Brasil de colher os plenos benefícios do comércio. O caminho a seguir é aderir plenamente ao comércio internacional, reduzindo a efetiva proteção comercial. Os avanços do Brasil na área da facilitação do comércio são um passo nessa direção, mas eles não podem substituir as reduções da proteção comercial, inclusive das tarifas e das restrições de conteúdo nacional, que devem avançar gradualmente, de acordo com um cronograma previamente anunciado. Uma liberalização do comércio envolverá ganhos e perdas, pois provocaria a realocação de recursos entre os setores, inclusive a perda de postos de trabalho em alguns setores, e a criação de vagas de emprego em outros. Entretanto, simulações com modelos sugerem que o emprego total subiria em mais de 1% (Araújo e Flaig, 2015). Como a maioria destes novos postos de trabalho seria para trabalhadores não qualificados, a liberalização do comércio no Brasil aumentaria os retornos ao trabalho de baixa qualificação em relação ao capital, e ajudaria desproporcionalmente os pobres (Harrison et al., 2014).

Os serviços também se tornaram um insumo intermediário importante para as atividades manufatureiras, representando 65% de valor adicionado industrial nos países desenvolvidos (CNI, 2014). Pesquisas empíricas demonstram o papel significativo que os insumos de serviços podem desempenhar na produtividade da indústria (Arnold et al., 2011, 2015). Os serviços inovadores e custo-efetivos, inclusive vindos do exterior, são, portanto, altamente relevantes para a produtividade a competitividade do setor industrial brasileiro, e também para a integração nas cadeias globais de valor. As regulações brasileiras são mais restritivas do que a média da OCDE, de acordo com o Índice de Restritividade do Comércio de Serviços da OCDE, particularmente na área de serviços de logística, serviços jurídicos, arquitetura e engenharia, telecomunicações, bancos, seguros, transporte aéreo e ferroviário, e serviços de correio. Adicionalmente, em todos os setores, a margem para o uso de serviços de produtores estrangeiros é limitada ainda mais pela tributação de muitos dos serviços importados pelo imposto CIDE, com taxas de imposto efetivas entre 40% e 50%.

Figura 16. Taxas de tarifas de importação aplicadas em comparação internacional

Média ponderada, comércio de bens manufaturados



Fonte: Base de dados World Integrated Trade Solution (WITS).

Os serviços também se tornaram um insumo intermediário importante para as atividades manufatureiras, representando 65% de valor adicionado industrial nos países desenvolvidos (CNI, 2014). Pesquisas empíricas demonstram o papel significativo que os insumos de serviços podem desempenhar na produtividade da indústria (Arnold et al., 2011, 2015). Os serviços inovadores e custo-efetivos, inclusive vindos do exterior, são, portanto, altamente relevantes para a produtividade a competitividade do setor industrial brasileiro, e também para a integração nas cadeias globais de valor. As regulações brasileiras são mais restritivas do que a média da OCDE, de acordo com o Índice de Restritividade do Comércio de Serviços da OCDE, particularmente na área de serviços de logística, serviços jurídicos, arquitetura e engenharia, telecomunicações, bancos, seguros, transporte aéreo e ferroviário, e serviços de correio. Adicionalmente, em todos os setores, a margem para o uso de serviços de produtores estrangeiros é limitada ainda mais pela tributação de muitos dos serviços importados pelo imposto CIDE, com taxas de imposto efetivas entre 40% e 50%.

serviços de produtores estrangeiros é limitada ainda mais pela tributação de muitos dos serviços importados pelo imposto CIDE, com taxas de imposto efetivas entre 40% e 50%.

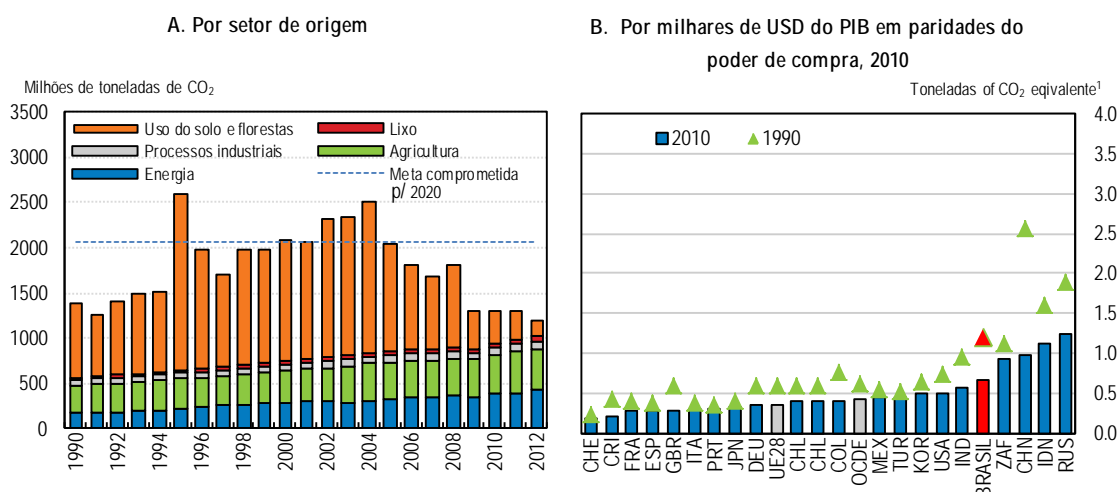
Boxe 3. Recomendações para fortalecer o desempenho industrial

- Consolidar os impostos indiretos aos níveis federal e estadual em um único imposto de valor agregado com base ampla, reembolso pleno do IVA pago nos insumos e taxa zero para as exportações.
- Reduzir a proteção comercial de forma gradual, diminuindo as tarifas de importação e retirando as exigências de conteúdo nacional.
- Fortalecer a concorrência simplificando a regulação sobre os mercados de produtos e implementando as reduções planejadas das regulações de abertura de empresas.
- Melhorar a capacidade técnica e o planejamento para as concessões de infraestrutura. Elaborar pacotes licitatórios mais pormenorizados antes de lançar os editais.
- Expandir ainda mais os programas de educação profissional e tecnológica para aliviar a falta de qualificação dos trabalhadores técnicos.

Melhorar a pegada de carbono da economia

O Brasil obteve avanços notáveis na redução das emissões de gases de efeito estufa, que é um dos principais desafios para tornar o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. Após um pico em 2004, a emissão de gases de efeito estufa se reduziu em mais da metade, devido em grande parte à diminuição do ritmo de desmatamento (Figura 17, painel A). O monitoramento mais meticuloso, aliado à aplicação mais rigorosa da lei, a ampliação das áreas de proteção e o fortalecimento das medidas de incentivo, como a criação de prêmios pela preservação da floresta, reduziram o desmatamento na Amazônia em 75% do seu valor médio em 1996-2005, e a meta de redução de 80% para 2020 provavelmente será cumprida. O Brasil deve tirar proveito desses avanços extraordinários e prosseguir com seus esforços de reduzir o desmatamento. Ainda assim, uma área de aproximadamente 5.000 km² foi desmatada em 2014, e as reduções adicionais necessárias podem se tornar cada vez mais difíceis e caras, pois esse desmatamento tende a ocorrer em áreas mais remotas e em menor escala (Godar, 2014). Em números absolutos, o Brasil é atualmente o sexto maior emissor do mundo. Embora as emissões com relação ao PIB tenham diminuído significativamente (Figura 17, painel B), elas estão acima da média da OCDE, enquanto que as emissões per capita estão abaixo.

Figura 17. Emissões de gases de efeito estufa por setor de origem



1. Inclusive as emissões do uso do solo, mudanças do uso do solo e florestas (LULUCF).

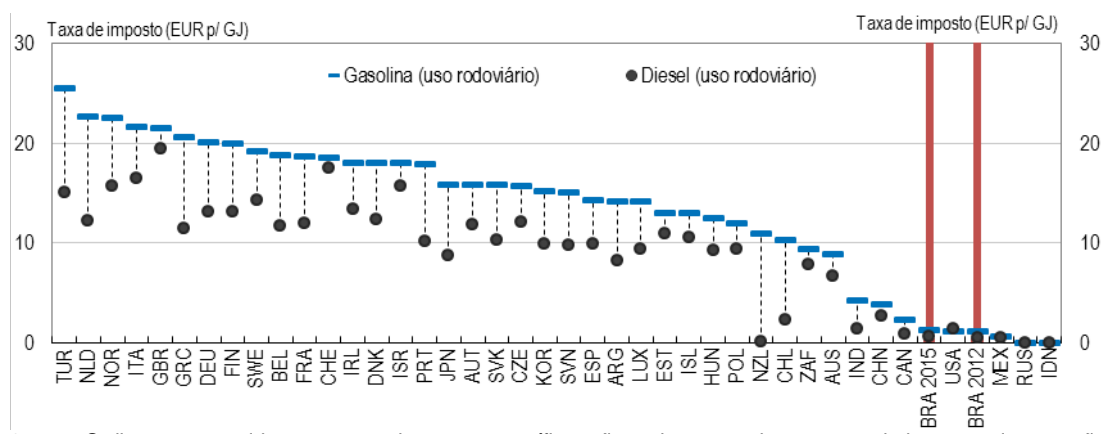
Fonte: IEA (2015), Governo do Brasil (2014).

A redução das emissões, devido ao desmatamento mais lento, é parcialmente contrabalançada pelo aumento das emissões da agricultura e da energia, inclusive a energia utilizada para o transporte. As emissões diretas da agricultura devem-se, em grande parte, ao resultado da fermentação intestinal e aos dejetos orgânicos do gado. O cultivo é o segundo motivo, pois a adoção disseminada de fertilizantes químicos tem sido utilizada pelos agricultores para expandir a produção de grãos. Melhorar a fertilidade do solo por meio da seleção da nutrição, menos aragem e aplicação de substratos orgânicos podem ajudar a aumentar a produtividade do setor e tem um significativo potencial de mitigação (McKinsey 2013, FAO 2013). O Plano de Agricultura de Baixo Carbono do Brasil (Plano ABC) busca reduzir as emissões de GEE pela atividade agrícola.

O Brasil é líder na produção de energia limpa. As fontes renováveis respondem por 41% do total do abastecimento de energia primária, bem acima da média mundial de 13%. Mais de três quartos da eletricidade do país vem da energia hidrelétrica e o uso da energia eólica também está se expandindo. A grande maioria dos carros no Brasil pode usar etanol, um substituto para a gasolina.

No setor de transporte, no entanto, a demanda crescente por carros, a partir de uma classe média crescente, e a forte dependência do transporte rodoviário de carga, estão aumentando as emissões. A retirada de parte da carga para fora das estradas reduziria as emissões do setor de transporte, e pode ser facilitada pelo fortalecimento do arcabouço de regulação das ferrovias e da cabotagem (capítulo 1). No entanto, o uso do etanol está ficando abaixo do seu potencial, devido aos subsídios implícitos da gasolina. Estes subsídios foram extintos, mas caso o preço do petróleo aumente no futuro, serão necessários ajustes regulares nos preços da gasolina, para evitar o ressurgimento desses subsídios implícitos. A taxa zero do imposto sobre gasolina e diesel - CIDE, de 2012, foi recentemente abolida, mas impostos sobre a gasolina e o diesel ainda estão muito abaixo das médias internacionais e podem ser aumentados (Figura 18). Os efeitos potenciais negativos sobre o consumo serão provavelmente mitigados pela possibilidade dos proprietários de veículos privados mudarem para etanol, o que reduziria as emissões. Também há margem para aumentar a eficiência no uso da energia além do setor de transporte. Mais detalhes sobre o desempenho ambiental do Brasil podem ser encontrados em OCDE (2015b).

Figura 18. Os impostos sobre os combustíveis são baixos em comparação internacional¹



1. O diagrama considera apenas o imposto específico, não os impostos de consumo de base ampla, que são mais altos no Brasil do que nos outros países.

Fonte: OCDE (2015c).

Boxe 4. Recomendações para melhorar o uso dos recursos ambientais

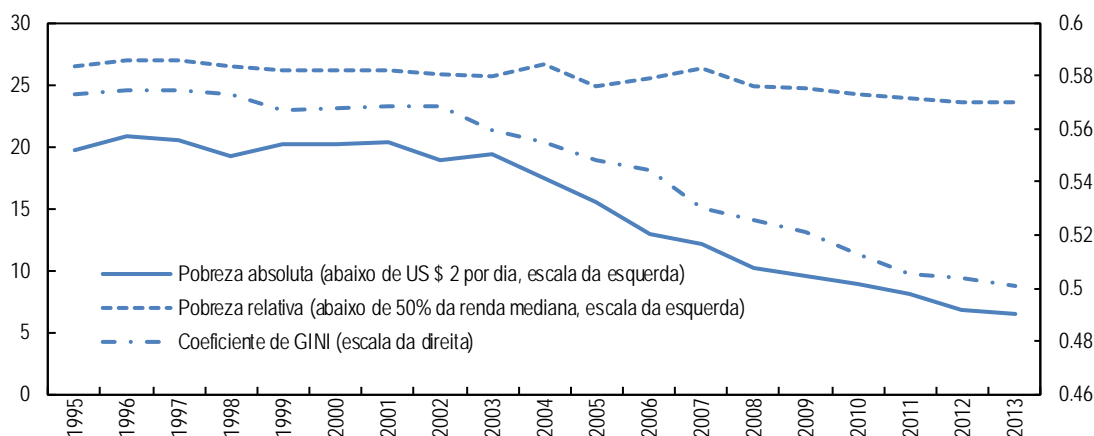
- Considerar mais aumentos nos impostos sobre combustíveis.
- Evitar o ressurgimento dos subsídios implícitos à gasolina no caso de aumentos futuros do preço do petróleo, ajustando regularmente os preços da gasolina.

Tornar o crescimento mais inclusivo e aumentar o bem-estar

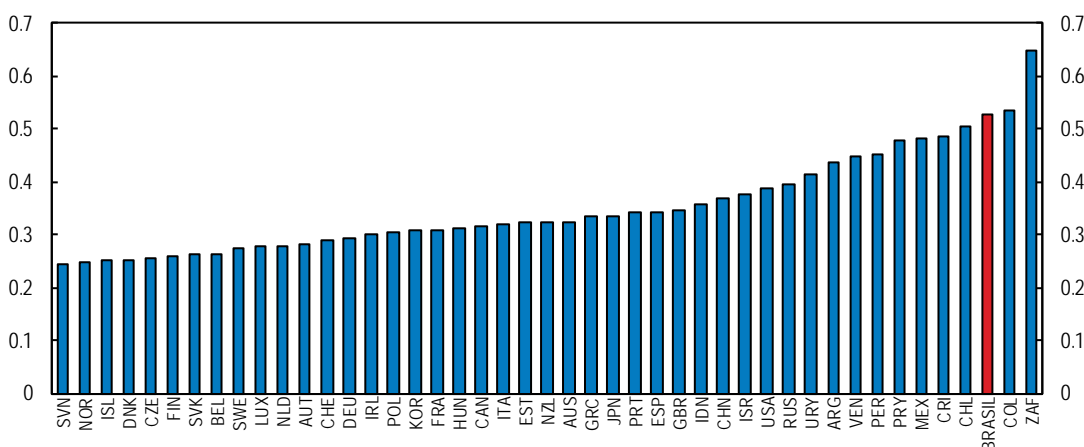
O Brasil tem feito esforços consideráveis para alcançar um crescimento mais inclusivo e seu progresso nas várias dimensões do bem-estar tem sido notável, embora permaneçam elevadas desigualdades no que diz respeito à renda e outros indicadores de bem-estar. Nas últimas duas décadas, a pobreza e a desigualdade de renda diminuíram substancialmente (Figura 19). Além disso, diminuiu a informalidade do mercado de trabalho, a expectativa de vida aumentou em 6 anos e o tempo médio dedicado à educação aumentou de 6 para 9 anos.

Figura 19. A pobreza e a desigualdade de renda ao longo do tempo e em comparação internacional

A. Pobreza absoluta, pobreza relativa e Coeficiente de Gini, 1995-2013¹



B. Coeficiente de Gini, Ano disponível mais recente²



1. A pobreza é definida como a porcentagem da população com renda per capita abaixo da linha de pobreza. A pobreza absoluta se refere à linha de pobreza de USD 2,00 por dia, como foi estabelecido nas Metas do Milênio das Nações Unidas. O número da pobreza absoluta para 2013 foi estimado com base em dados do IPEA. A pobreza relativa refere-se à linha de 50% da renda mediana. O coeficiente de Gini mede a desigualdade da distribuição da renda em uma escala de 0 a 1, com os valores mais altos representando mais desigualdade de renda.
2. O último ano disponível é 2012 na maioria dos países.

Fonte: OCDE (2012b), "Income Distribution", OCDE Estatísticas do Gasto Social (base de dados), exceto para os países fora da OCDE, para os quais a fonte é o Banco Mundial (2013a): Argentina, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Indonésia, Índia, Paraguai, Peru, Federação Russa, África do Sul, Uruguai.

As transferências sociais, em particular o programa Bolsa Família, de transferência condicional de renda, contribuíram efetivamente para reduzir a pobreza, mas oportunidades de rendimento também melhoraram significativamente para as famílias de baixa renda. Surgiu uma nova classe média brasileira, pois o crescimento da renda foi particularmente rápido na extremidade inferior da

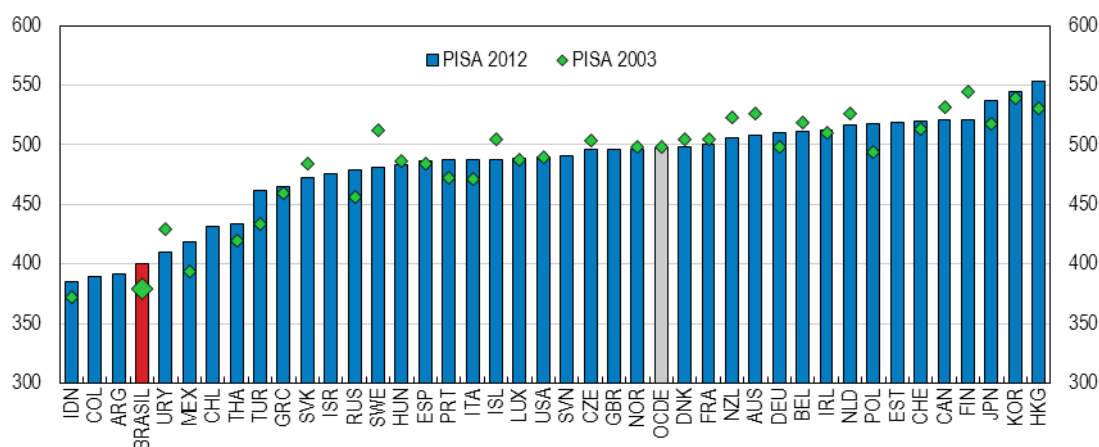
distribuição de renda. A melhoria dos serviços públicos, sobretudo nas áreas de educação e saúde, foi fundamental para tornar o crescimento mais inclusivo, pois os brasileiros transferiram-se para empregos melhor remunerados e menos precários e gozam de melhor saúde. A melhoria ainda maior destes serviços públicos será essencial para tornar o crescimento ainda mais inclusivo no futuro.

A educação é a chave para uma melhor distribuição de renda a longo prazo

Conforme discutido no Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil de 2013, o Brasil alcançou avanços significativos no acesso à educação e à escolaridade, sobretudo entre os jovens e entre as pessoas de baixa renda. Isto resultou em melhor qualificação, refletida em melhores resultados no exame PISA da OCDE (Figura 20). Não obstante, o nível de capital humano do Brasil, ainda se situa significativamente abaixo dos padrões da OCDE, em especial no ensino médio e superior. O elevado número de desistências exacerba as desigualdades. Muitas vezes as causas do desempenho insatisfatório do sistema escolar podem ser rastreadas a partir da infância, em que os alunos não adquiriram as competências essenciais, o que poderia ser resolvido com a expansão da educação pré-escolar. O ensino pré-escolar tende a melhorar significativamente as competências do aluno e descobriu-se que ele acrescenta mais aos resultados de leitura do que um ano a mais de escolaridade formal (OCDE, 2012a). Enquanto que 37% das crianças com três anos de idade estão matriculados em programas de ensino pré-escolar no Brasil, a média da OCDE para essa idade é 70%, e alguns países (Bélgica, França, Espanha, Reino Unido, Itália) alcançam quase a cobertura universal (OCDE, 2014a). Igualmente importantes são as intervenções corretivas no ensino básico, para ajudar as crianças em risco de ficarem para trás. Da mesma forma no ensino secundário, a detecção antecipada e o apoio, com aulas de reforço devem ser buscados, para reduzir as taxas de desistência.

Figura 20. Escores do PISA em leitura e matemática

Média dos escores em leitura e matemática



Fonte: OCDE, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), 2012.

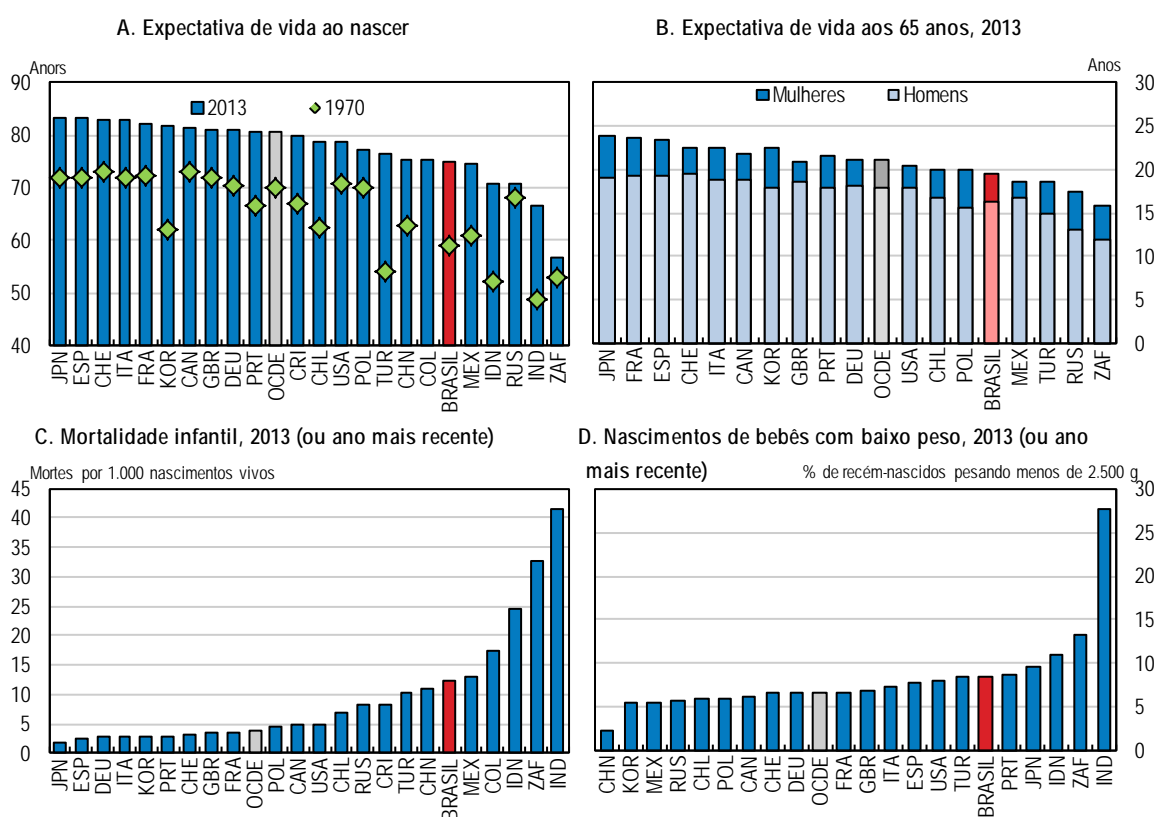
Tendo expandido o acesso, o próximo desafio é melhorar a qualidade da educação. A oferta de turnos mais longos na escola seria uma maneira de alcançar essa melhoria. Muitas escolas ainda programam até três turnos diários, para compensar a falta de salas de aula, reduzindo o tempo que as crianças passam nas escolas. A mudança para a escolaridade universal de tempo integral exigirá a construção de infraestrutura física de escolas (Banco Mundial, 2012b). Também existem maneiras de melhorar os mecanismos de governança e alguns estados brasileiros têm ilustrado como a boa governança e como as políticas bem projetadas podem resultar em rápidos avanços. As experiências regionais bem-sucedidas incluem mecanismos de incentivo, tais como remuneração baseada no desempenho, para professores e diretores. Até mesmo a distribuição das receitas fiscais entre os municípios foi vinculada a resultados educacionais, criando assim uma competição saudável entre os municípios, para melhorar as suas escolas. A qualificação do professor pode ser aumentada com o apoio à capacitação contínua, por meio de treinamento de professores em sala de aula, uma área em que diversos estados investiram significativamente. É importante para o Brasil fazer um balanço

dessas experiências, avaliá-las sistematicamente e multiplicar as iniciativas regionais bem-sucedidas em todo o país.

Melhorar os serviços públicos de atenção à saúde

O acesso aos serviços de saúde de qualidade é uma dimensão importante para a redução das desigualdades, e o Brasil obteve progressos significativos na saúde da população nas últimas décadas. A prestação de atendimento público primário e as intervenções específicas (campanhas de vacinação e prevenção, e serviços de saúde materna e do bebê) desempenharam um papel importante na melhoria das condições de saúde dos brasileiros (Gragnotati et al., 2013). Além disso, as condicionalidades do programa Bolsa Família fortaleceram os incentivos para vacinações e visitas médicas para crianças e mulheres grávidas. A expectativa de vida ao nascer aumentou quase 15 anos entre 1970 e 2013, apesar de países como o Chile e a Coreia terem alcançado resultados melhores, a partir de um ponto de partida semelhante (Figura 21).

Figura 21. Indicadores de saúde selecionados



Fonte: OCDE, Estatísticas de Saúde 2015, <http://dx.doi.org/10.1787/health-data-en>.

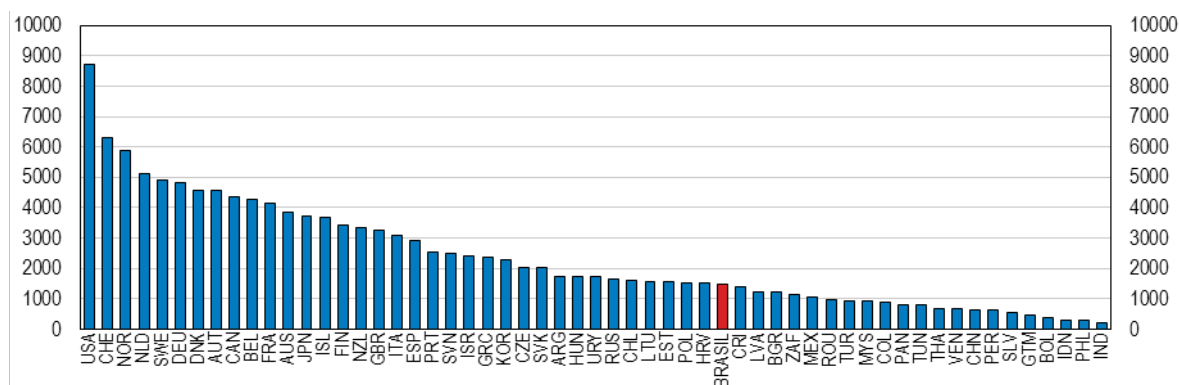
A espinha dorsal do êxito do Brasil é o Sistema Único de Saúde – SUS, que assegura a cada cidadão brasileiro serviços de saúde gratuitos, em níveis primário, secundário e terciário. O SUS é um sistema descentralizado e a responsabilidade pela prestação dos serviços é dos estados e municípios, que recebem transferências do governo central. Desde a sua criação em 1989, a prestação de serviços de saúde foi significativamente ampliada e 48% da população tem acesso ao atendimento primário de saúde, por meio das chamadas Unidades Básicas de Saúde (Ministério da Saúde, 2015).

Os desafios atuais do SUS incluem melhorar o financiamento e a eficiência com que os recursos atuais são usados e aumentar a qualidade dos serviços de saúde. Apesar de o financiamento ter se expandido ao longo dos anos, sérias limitações de capacidade ainda são visíveis, muitas vezes refletidas em longas filas de espera por atendimento médico. Além disso, o acesso a medicamentos é

um desafio para muitos. Mais da metade dos brasileiros não consegue obter os remédios nas farmácias públicas e metade dos pacientes que decidiu não comprar um medicamento receitado o fez por falta de recursos financeiros (Boing et al., 2013). A média per capita do gasto total do Brasil, de USD 1.471 em paridade do poder de compra (PPC), é menos de um terço da média da OCDE (Figura 22). Mais importante, o número médio mascara a aguda diferença em despesas de saúde, entre aqueles que usam somente os serviços públicos de atenção à saúde e os 25% dos brasileiros que compram planos de saúde privados para ter direito a serviços de saúde de melhor qualidade (Victora et al., 2011). As despesas per capita daqueles com planos privados (USD 2.678 em PPC) se situam em níveis semelhantes aos de Espanha, Portugal ou Eslovênia, embora o gasto com a saúde seja semelhante ao nível do México ou da Turquia para o restante da população (USD 1028 em PPC).

Figura 22. Gasto per capita em saúde

Em dólares de 2013 por paridades do poder de compra



Fonte: OCDE, Estatísticas de Saúde 2015, <http://dx.doi.org/10.1787/health-data-en>; OMS, Base de dados de Gasto Global com Saúde.

Em parte, as atuais restrições de capacidade dos serviços médicos estão relacionadas com uma tensão subjacente entre a constituição que garante a cobertura de todos os serviços primários, secundários e terciários de saúde, e o fato de que os recursos para a saúde pública são limitados. Uma definição mais explícita do que é ou não é coberto, juntamente com o esclarecimento do processo de tomada de decisão e dos critérios de avaliação sobre os quais se baseiam essas decisões, pode levar a uma alocação mais eficiente dos recursos. Isto, por sua vez, poderia aliviar as restrições de capacidade para os serviços de saúde que são considerados prioritários. A atual prática de dar prioridade a pacientes do SUS sem seguro médico privado é também uma maneira de assegurar o melhor uso dos recursos.

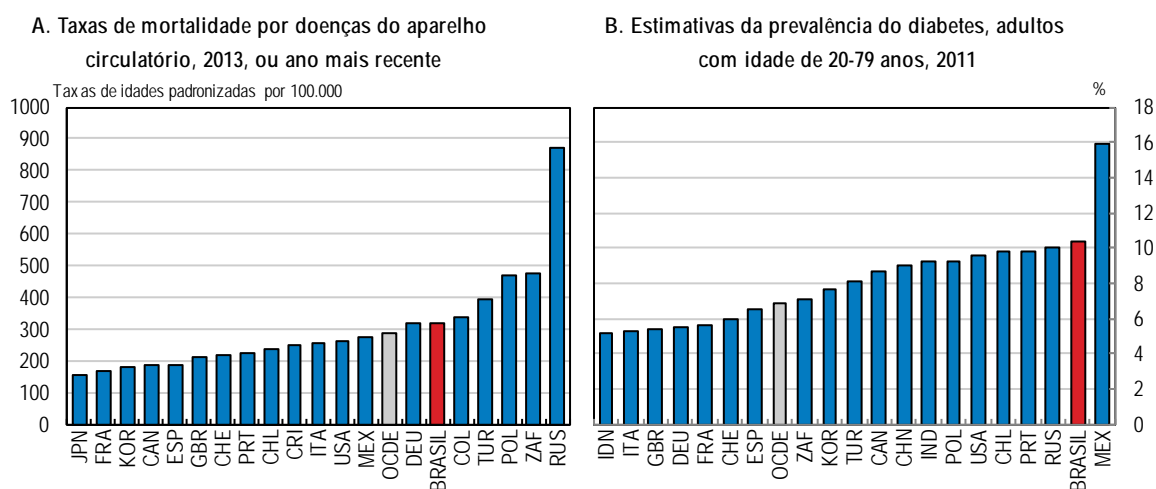
Ao mesmo tempo, novos desafios estão surgindo, pois, com o envelhecimento da população, as causas de doença e morte se assemelham cada vez mais às dos países de alta renda. As doenças não transmissíveis, como o diabetes, as doenças do aparelho circulatório, o câncer e as doenças respiratórias crônicas são hoje desafios significativos (Figura 23). As taxas de mortalidade por câncer aumentaram, ao contrário de muitos outros países. No entanto, as doenças transmissíveis ainda são relevantes (Schmidt et al., 2011).

Além das melhorias de eficiência, o aprimoramento do sistema público de atenção à saúde provavelmente exigirá mais financiamento público no futuro e, à medida que a população brasileira envelhece, é provável que novas pressões por gastos adicionais venham a surgir. As projeções da OCDE para o gasto com saúde e despesas com cuidados em longo prazo sugerem que o gasto público com saúde poderá se elevar, dos atuais 4.7% para 12% do PIB até 2060 (de la Maisonneuve e Martins, 2013).

No entanto, tendo em conta a atual situação fiscal, as formas de encontrar novos recursos são limitadas. Uma maneira de liberar recursos e melhorar a alocação dos gastos com saúde seria extinguir a dedutibilidade fiscal atual dos gastos com saúde privada, que tem efeitos de distribuição

regressivos, já que apenas as famílias com maior renda (cerca de 10% da população em idade ativa) paga imposto de renda (Castro, 2014). Esta isenção tributária custa cerca de 0,3 % do PIB, o que equivale a 7% do gasto com saúde pública. Da mesma forma, a contribuição do empregador para os planos de saúde privados deve ser tributada como renda ordinária no âmbito do IRPF. Porém, acrescentar esses recursos ao SUS não será suficiente. Será necessário e possível buscar ganhos de eficiência melhorando a alocação dos recursos, pois outros países conseguiram alcançar melhores resultados com recursos semelhantes. A análise empírica baseada na análise envoltória de dados sugere que, com os atuais gastos com saúde, o Brasil poderia alcançar melhorias significativas nos resultados dos serviços de saúde aumentando a eficiência do gasto com a saúde (ver capítulo 2). Isto pode ajudar a alcançar os principais desafios enfrentados pelo SUS: facilitar o acesso a todos, melhorar a governança do sistema e se preparar para o envelhecimento da população.

Figura 23. As doenças não transmissíveis são um desafio significativo



Fonte: Estatísticas de Saúde 2015, <http://dx.doi.org/10.1787/health-data-en>.

Tornar o sistema público mais eficiente em relação ao gasto

Ainda resta muito a ser feito para desenvolver a atenção ambulatorial. Os hospitais respondem atualmente por 70% das despesas da União com saúde pública, em comparação com a média de 40% na OCDE. A experiência internacional mostra que muitos serviços podem ser fornecidos a custos mais baixos fora dos hospitais. Embora o SUS tenha conseguido reduzir o papel dos hospitais como a fonte habitual de atenção à saúde e aumentar o uso de unidades básicas de saúde, mais da metade dos atendimentos de emergência poderia ter sido tratada nas unidades básicas (TCU, 2013; Machinko, 2011; Machinko et al., 2004).

Os mecanismos de remuneração são instrumentos essenciais para aumentar a eficiência, mas o mecanismo atual oferece poucos incentivos para os hospitais em fazê-lo. Os hospitais públicos do SUS dependem de orçamentos itemizados, calculados com base em tendências históricas. Estes orçamentos poderiam ser substituídos por mecanismos alternativos de remuneração. Uma opção seria avançar para orçamentos globais, que estejam ligados ao desempenho ou aos resultados. Estes podem ser integrados numa gestão hospitalar baseada nos Grupos de Diagnósticos Homogêneos (GDH), usados em 14 dentre os 34 países da OCDE. As evidências internacionais sugerem que isso pode reduzir a duração da hospitalização sem muito impacto sobre os resultados de saúde (Busse e Quentin, 2011).

Mais avanços também podem ser alcançados na redução do custo dos medicamentos. Um órgão regulador deveria definir os preços de referência para todos os medicamentos, com base em comparações de preços internacionais, atualizá-los regularmente e desenvolver diretrizes clínicas para o uso de medicamentos custo-efetivos. As evidências internacionais sugerem que a redução dos custos associados pode ser substancial. Baseado nessas diretrizes, o Brasil deve definir uma lista exclusiva de medicamentos reembolsáveis, para acabar com a prática atual em que os pacientes

entram na justiça contra o Estado para cobrir as suas despesas de medicamentos, sem levar em conta a sua custo-efetividade. Ordens judiciais emitidas com base na garantia constitucional de que a saúde é um dever do Estado provocaram crescentes custos para o SUS e são problemáticas do ponto de vista da eficiência e da equidade, pois os pacientes mais ricos e mais instruídos podem achar mais fácil confiar no sistema judicial para fazer valer os seus direitos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pode estar bem posicionada para assumir um papel de liderança no desenvolvimento dessas diretrizes e definir os preços de referência. Também há espaço para aumentar o uso de medicamentos genéricos, que é menor do que o dos países da OCDE, reforçando os incentivos financeiros para aqueles que prescrevem, compram ou vendem remédios (OCDE, 2015e).

Facilitar o acesso a todos

Desde a sua criação em 1989, o SUS investiu muito na expansão de sua rede de estabelecimentos de saúde primária. No entanto, apesar da ampla rede das unidades básicas de saúde, que prestam serviços de cuidados primários, observam-se com frequência longas filas de espera por atendimento médico especializado. Atrasos e dificuldades de acesso a tratamentos foram considerados o principal problema por 55% dos entrevistados em 2012 (Figura 24). Isto faz parte dos motivos por que tantos brasileiros optam por pagar planos de saúde privados.

Figura 24. Principais problemas observados do sistema público de atendimento à saúde



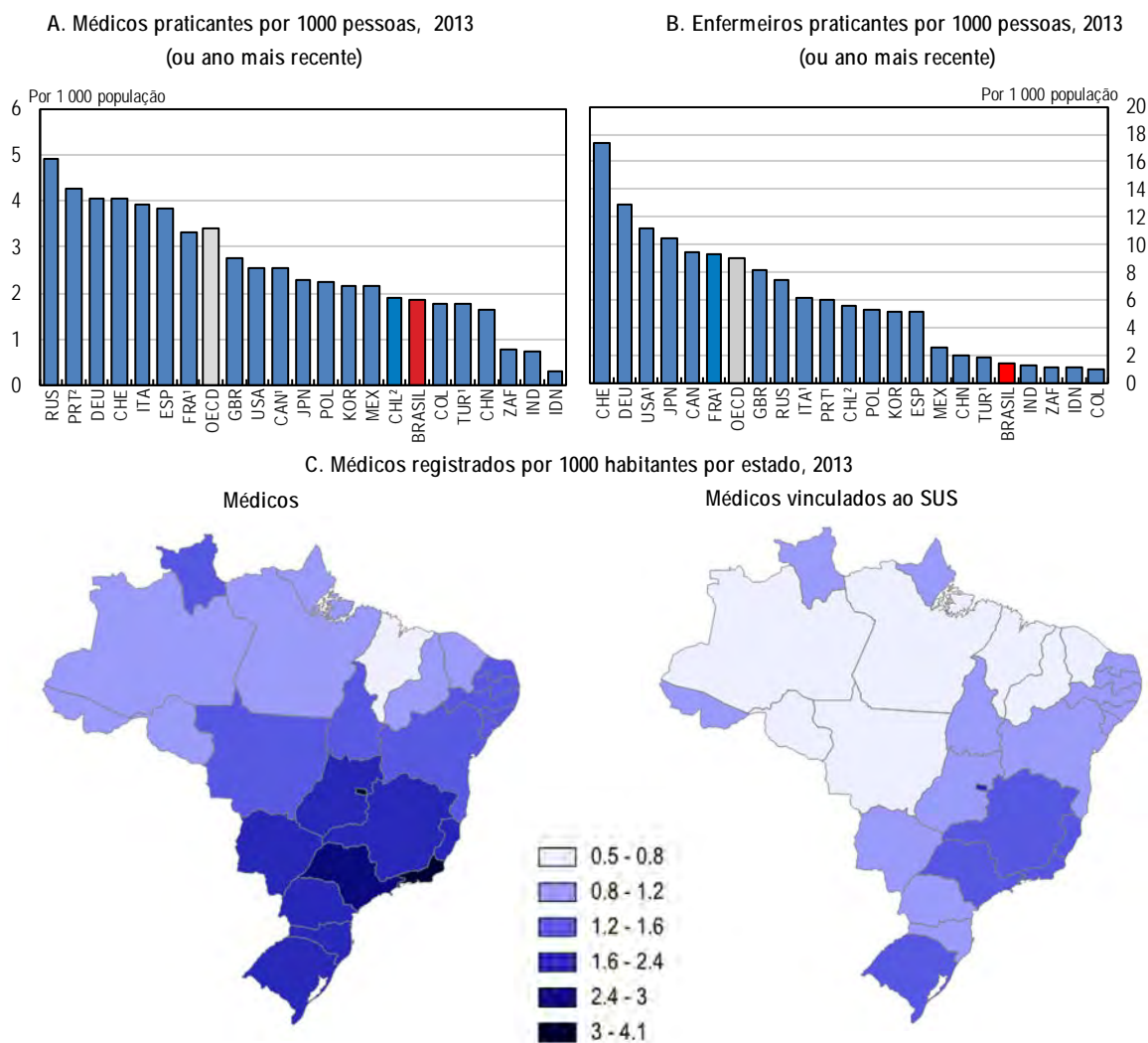
Fonte: CNI, 2012.

Parte da causa dessa situação é a carência generalizada de médicos e sua distribuição desigual no país. Isto aponta para a necessidade de intensificação dos esforços recentes em prol da expansão da capacidade de formação e dos incentivos para o deslocamento de profissionais para as áreas mais carenciadas (figura 25). Estes esforços tem incluído o programa “Mais Médicos” que acrescentou 18 000 médicos na atenção primária. Para além da atenção primária, as dificuldades na qualidade e no acesso no sistema público aumentam com a complexidade do atendimento. Para resolver esse problema, o Brasil poderia estabelecer metas explícitas para expandir a capacidade do SUS. Em alguns países, limites do tempo de espera têm tido resultados positivos. Por exemplo, a Inglaterra introduziu um sistema de metas limitado a 18 semanas, que levou a uma redução significativa no tempo de espera. As metas de tempo de espera usadas na Dinamarca e na Finlândia também aumentaram a satisfação entre os pacientes (Siciliani et al., 2013).

O nível de gasto do próprio bolso com medicamentos permanece alto no Brasil, apesar da existência de um programa federal para subsidiar ou distribuir medicamentos essenciais nas farmácias públicas (chamado Farmácia Popular), que funciona desde 2004. O número de farmácias participantes aumentou significativamente ao longo dos anos, embora as disparidades geográficas sejam consideráveis, com 84% dos municípios cobertos nas regiões Sul e Sudeste, mas apenas 29% na região Norte. É preciso fazer mais para melhorar o acesso aos medicamentos nas áreas mais pobres, o

que pode exigir mais recursos. O acesso aos medicamentos sob prescrição também pode ser melhorado tornando mais eficiente o processo de licitação pública para aquisição de medicamentos (Emmerick et al, 2015; Boing et al., 2013). Uma auditoria recente realizada pelo Tribunal de Contas da União revelou que a maioria das unidades hospitalares carecia de medicamentos devido ao mau funcionamento na compra, controle de estoque, distribuição e consumo desses materiais (TCU, 2013).

Figura 25. Pessoal da prática de medicina por população e desequilíbrios geográficos



- Os dados incluem não apenas os médicos e enfermeiros que prestam serviços diretos de atenção à saúde aos pacientes, mas incluem também os gestores, educadores, pesquisadores etc., que podem acrescentar mais 5-10% dos médicos.
- Os dados se referem a todos os médicos e enfermeiros autorizados a exercer a medicina. Isto resultou em uma significativa superestimativa do número de médicos atuantes em Portugal.

Fonte: OCDE, Estatísticas de Saúde 2015, Conselho Federal de Medicina (2013): Pesquisa Demográfica Médica no Brasil.

Melhorar a governança do sistema público de atenção à saúde

A governança do SUS é complexa, pois inclui uma intrincada teia de mecanismos de construção de consenso em todos os níveis de governo e com a sociedade civil. Foi feita para servir como sistema de freios e de contrapesos, mas resultou em um sistema de responsabilidades compartilhadas que é difícil de gerenciar e monitorar. Para melhorar a governança do sistema, novos avanços podem ser feitos em três direções, incluindo alcançar uma melhor coordenação, melhorar o monitoramento de desempenho e fortalecer os incentivos.

Uma melhor coordenação pode ser conseguida dando um foco mais dirigido para o desenvolvimento das redes regionais, como forma de aliviar a tensão entre a forte autonomia dos municípios, por um lado, e a limitada capacidade e escala, por outro. Por exemplo, certos serviços de diagnóstico, tais como para câncer, podem ser menos onerosos se forem gerenciados por um centro regional, ao invés de hospitais individuais. Embora em 2006, um regulamento federal tenha estabelecido as bases para as redes regionais, a sua implementação tem sido limitada, e ainda não há um consenso claro sobre qual seria o melhor desenho dessas redes (La Forgia e Couttolenc, 2008; dos Santos e Giovannella, 2014; Vargas et al., 2014). Os estados poderiam desempenhar um papel mais decisivo na coordenação das redes regionais. A experiência da Dinamarca e do Japão, por exemplo, pode oferecer orientação para encontrar o equilíbrio certo entre centralização e planejamento local (OCDE, 2013b; OCDE, 2015d).

O aprimoramento do monitoramento do desempenho pode trazer melhorias de eficiência significativas. O monitoramento do desempenho e as comparações entre regiões permanecem um desafio, devido à ausência de indicadores suficientemente detalhados e comparáveis sobre resultados e custos da saúde a nível local. Um primeiro passo essencial seria o de melhorar a coleta de indicadores abrangentes de desempenho em nível local. A disponibilidade de indicadores locais de resultados de saúde mais abrangentes, inclusive para as unidades individuais de atenção à saúde e hospitais, permitiria a replicação dos esquemas de incentivos financiados pelo governo federal que têm sido comprovadamente bem-sucedidos na área da educação.

A percepção de melhor qualidade no setor privado está provavelmente relacionada com melhores incentivos. Isto sugere que os instrumentos que são usados no setor privado poderiam ser aplicados mais amplamente no setor público, para criar os incentivos adequados, especialmente com relação ao fortalecimento da coordenação da atenção à saúde, à acreditação dos provedores de cuidados de saúde e ao uso de incentivos de desempenho. A coordenação fortalecida pode evitar a duplicação de serviços e as internações desnecessárias. A implantação gradual do Cartão Nacional de Saúde no Brasil, que começou em 2011, é um passo nesta direção e deveria ser continuado (OCDE, 2010). O licenciamento e a acreditação de hospitais e médicos são instrumentos para melhorar a qualidade dos serviços de atenção à saúde. Em relação à equipe médica, os esquemas de remuneração por desempenho são utilizados com sucesso em hospitais de vários países da OCDE. No Brasil, o uso desses esquemas está limitado a alguns projetos-piloto, principalmente no setor privado. A provisão de incentivos para os governos estaduais e municipais para melhorar o desempenho poderá afetar significativamente a qualidade dos serviços de atenção à saúde.

À medida que a população brasileira envelhece, a proporção de idosos deverá se elevar consideravelmente nas próximas décadas. As projeções indicam que a proporção de pessoas de 65 anos ou mais aumentará, dos atuais 7% para 23%, até 2050 (OCDE, 2015e). A maioria das pessoas idosas, que precisam de cuidados em longo prazo, é atualmente atendida por cuidadores informais, como membros da família e amigos, ou por meio de hospitais, nos casos críticos. Os serviços de cuidados de longo prazo são menos dispendiosos e também são alternativas mais eficazes do que as longas internações. Também ajudam a aliviar o estresse das famílias e permitem que seus membros continuem trabalhando. Alguns projetos-piloto de cuidados de longo prazo estão surgindo nos países em desenvolvimento, inclusive a Tailândia. O Brasil iniciou um programa federal que fornece atendimento domiciliar, em substituição aos serviços de saúde existentes, chamado "Melhor em Casa". A escala do programa ainda é pequena, mas o programa pode servir como ponto de partida.

Boxe 5. Recomendações para as políticas de saúde

Recomendações chave

- Melhorar a eficiência do gasto, inclusive definindo mais explicitamente o que é coberto pelo sistema público de atenção à saúde. Aumentar os recursos para a saúde pública.
- Implementar metas de expansão dos serviços médicos especializados para reduzir as filas de espera.
- Formar mais médicos e enfermeiros e fortalecer os incentivos para reduzir os desequilíbrios geográficos.

- Melhorar a coleta de indicadores de desempenho e aperfeiçoar o uso de aferimentos e mecanismos baseados em incentivos, inclusive esquemas de premiação pelo desempenho.
- Desenvolver diretrizes clínicas para a escolha dos medicamentos custo-efetivos, definir os preços de referência para todos os medicamentos de acordo com preços praticados internacionalmente e definir uma lista exclusiva de medicamentos reembolsáveis.
- Reduzir a ênfase em serviços hospitalares e fortalecer as unidades básicas de saúde, particularmente para os pacientes com doenças crônicas.
- Prover mais serviços de atenção de longo prazo no âmbito do SUS, especialmente atendimento domiciliar.

Outras recomendações

- Eliminar gradualmente a dedutibilidade fiscal das despesas privadas com saúde para liberar mais recursos para o SUS.
- Fortalecer o papel das redes regionais de saúde por meio de uma liderança mais forte ao nível dos estados, inclusive em relação aos mecanismos de financiamento e alocação orçamentária.
- Oferecer incentivos mais fortes para a acreditação de hospitais e médicos e fortalecer o processo de licenciamento, inclusive os mecanismos de enforcement.
- Introduzir metas de resultado e desempenho nos mecanismos de remuneração dos hospitais públicos e privados do SUS.

Bibliografia

- Almeida, R. and P. Carneiro (2012), “Enforcement of Labor Regulation and Informality”, *American Economic Journal of Applied Economics*, 4(3), pp. 64-89.
- Araújo, B.C. (2012), “Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente”, *Textos para Discussão 1759*, IPEA, Brasília.
- Araújo, E. et al. (2014), “Contracting for primary health care in Brazil: The cases of Bahia and Rio de Janeiro”, *HNP Discussion Paper Series No. 91322*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Araújo, S. and D. Flaig (2015), “Gains from Removing Barriers to Trade in Brazil: a simulation exercise using the OECD Trade Model”, *OECD Economics Department Working Papers*, prestes a ser publicado.
- Arnold, J. and L. Flach (2015), “Structural policies and the productivity of firms in Brazil”, *OECD Economics Department Working Papers*, prestes a ser publicado.
- Arnold, J., B. Javorcik and A. Mattoo (2011), “Does Services Liberalization Benefit Manufacturing Firms? Evidence from the Czech Republic”, *Journal of International Economics* 85(1), pp. 136–146.
- Arnold, J., B. Javorcik, M. Lipscomb and A. Mattoo (2015), “Services Reform and Manufacturing Performance: Evidence from India”, *The Economic Journal*, prestes a ser publicado.
- Ayuso-i-Casals, J. (2012), “National Expenditure Rules: Why How and When”, *Economic Papers*, No. 473, European Commission, Brussels.
- Banco Mundial (2011), *Becoming Old in an Older Brazil*, Washington, DC.

- Banco Mundial (2015), *Doing Business 2015: Going Beyond Efficiency*, Washington, DC.
- BIS (2015), “International banking and financial market developments”, *BIS Quarterly Review*, March 2015, Basel, Switzerland.
- BIS (2014), *84th Annual Report: 2013–14*, June 2014, Basel, Switzerland.
- Boing, A.C. et al. (2013), “Acesso a medicamentos no setor público: análise de usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil” (Access to medicines in the public sector: analysis of users of the Brazilian Unified National Health System), *Cadernos de Saúde Pública*, 29(4), pp. 691–701.
- Bonelli, R. and S. Pessôa (2010), “Desindustrialização no Brasil: Um Resumo da Evidência”, *Texto para Discussão*, No. 7, IBRE-FGV, Rio de Janeiro.
- Bonelli, R. and A. Pinheiro (2015), “Origens e Consequências dos Padrões de Industrialização do Brasil: Releitura sob uma Ótica Fishlowiana”, Paper prepared for Seminar: Seminário em Homenagem ao Professor Albert Fishlow, Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), Rio de Janeiro. Available at <http://iepecdg.com.br/?acao=seminarios&semestrano=2015.2>, last accessed July 2015.
- Bonomo, M., R. Brito and B. Martins (2014), “Macroeconomic and Financial Consequences of the After Crisis Government-Driven Credit Expansion in Brazil”, *Working Paper Series* No. 378 Central Bank of Brazil, Brasília.
- Busse, R. and W. Quentin (2011), “Moving towards transparency, efficiency and quality in hospitals: conclusions and recommendations”. In: Busse, R., A. Geissler, W. Quentin and M. Wiley M. (eds.) (2011), *Diagnosis Related Groups in Europe*, European Observatory on Health Systems, Open University Press – McGraw-Hill, Buckingham.
- Cabanas, P., B.K. Komatsu and N.A. Menezes Filho (2014), “Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho”, *42º Encontro Nacional de Economia ANPEC*, 2014.
- Carranza, L., C. Daude and A. Melguizo (2014), “Public infrastructure investment and fiscal sustainability in Latin America: incompatible goals”? *Journal of Economic Studies*, Vol. 41(1), pp. 29–50.
- CFM (Conselho Federal de Medicina) (n.d.), *Processos ético-profissionais*. Retrieved May 5, 2015, from <http://portal.cfm.org.br/>.
- CNI (Confederação Nacional da Indústria) (2013), *Sondagem especial indústria de transformação e extrativa*, Ano 3, No. 2, CNI, Brasília.
- CNI (Confederação Nacional da Indústria) (2014), *Custo tributário dos investimentos: as desvantagens do Brasil e as ações para mudar*, Brasília.
- Cordes, T., T. Kinda, P. Muthooru and A. Weber (2015), “Expenditure Rules: Effective Tools for Sound Fiscal Policy”? *IMF Working Papers*, WP/15/29, International Monetary Fund, Washington.
- Costa, R. (2010), “Comparação de hospitais estaduais Paulistas: Estudo comparativo entre gerenciamento da administração direta e das organizações sociais da saúde”. São Paulo, SP: Tribunal de Contas do Estado, Diretoria de Contas do Governador.
- CREMESP (2013), “Até Quando? Prontos-Socorros em Agonia”, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, São Paulo.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2014), *Os números da Rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da RAIS 2002–2013*, São Paulo. Available at www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf

- Diretoria de Atenção Básica, State Government of Bahia (2015), Retrieved April 15, 2015, from www.saude.ba.gov.br/dab/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=34.
- Dos Santos, A. and L. Giovanella (2014), “Regional Governance: Strategies and Disputes in health Region Management”, *Rev Saude Publica*, 48(4): pp. 622–631.
- FAO (2013), “Tackling climate change through livestock – A global assessment of emissions and mitigation opportunities”, *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, Rome, Italy.
- Figueiredo, K.F. (2012), “Panorama de Acreditação Hospitalar no Brasil 2009–2011”, Centro de Estudos em Gestão de Serviços de Saúde. COPPEAD – UFRJ, available at www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/panorama_acreditacao_brasil.pdf/. Accessed 15 April 2015.
- FMI (2014), “Fiscal Monitor – Back to Work: How Fiscal Policy Can Help”, IMF, Washington.
- FMI (2015a), “Brazil – Staff report for the 2014 Article IV Consultation”, *IMF Country Report* No. 15/121 IMF, Washington.
- FMI (2015b), “Brazil – Selected Issues”, *IMF Country Report* No. 15/122, IMF, Washington.
- FMI (2015c), “Financial Soundness Indicators”, *IMF Financial Soundness Indicators* (database), <http://fsi.imf.org/fsitable.aspx> accessed at April 2015.
- FMI (2015d), “World Economic Outlook: Uneven Growth – Short- and Long-Term Factors”, IMF, Washington.
- Godar J., J.A. Gardner, J.E. Tizado and P. Pacheco (2014), “Actor-specific contributions to the deforestation slowdown in the Brazilian Amazon”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Vol. 111(43).
- Government of Brazil (2014), *Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa*, Second edition, www.mct.gov.br/upd_blob/0235/235580.pdf (in Portuguese), accessed 22 July 2015.
- Gragnolati, M., M. Lindelow and B. Couttolenc (2013), “Twenty Years of Health System Reform in Brazil: An Assessment of the Sistema Único de Saúde”. *Directions in Development*, Washington, DC, Banco Mundial, DOI: <http://dx.doi.org/10.1596/978-0-8213-9843-2>.
- Gruig, B. and P. Wooldridge (2015), “BIS debt securities statistics: a comparison of nationality data with external debt statistics” in: BIS (2015), “Indicators to support monetary and financial stability analysis: data sources and statistical methodologies”, *IFC Bulletins*, Vol. 39, Bank for International Settlements, Basel, Switzerland.
- Hammond, G. (2012), *State of the art of inflation targeting*, Handbook No. 29, Centre for Central Banking Studies, Bank of England, London.
- IEA (2015), “Emissions of CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs and SF₆”, IEA CO₂ Emissions from Fuel Combustion Statistics (database), DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/data-00431-en> (Accessed on 22 July 2015).
- ILC (International Longevity Centre Brazil) (2013), *Health and Health Care, Country Paper Brazil*, Rio de Janeiro: ILC, Brazil.
- Joint Commission International (n.d.), *Accredited Organizations by country website*. Retrieved April 15, 2015, from www.jointcommissioninternational.org/about-jci/jci-accredited-organizations/?c=Brazil&pg=2.
- Jurberg, C. and G. Humphrey (2010), “Brazil's March Towards Universal Coverage”, *Bulletin of the World Health Organization*, No. 88; 646–647.

- Kannebley, S. Jr. and G. Porto (2012), “Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes”, *Discussion Papers*, 236, Interamerican Development Bank, Washington.
- Kleinert, S. and R. Horton (2011), “Brazil: towards sustainability and equity in health”, *Lancet*, Vol. 377(9779), pp. 1721–1722, [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60433-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60433-9), London.
- La Forgia, G.M. and F.B. Couttolenc (2008), “*Hospital Performance in Brazil: The Search for Excellence*”, Banco Mundial, Washington, D.C.
- Macinko, J., C. Almeida, E. dos Santos Oliveira and P. de Sá (2004), “Organization and Delivery of Primary Health Care Services in Petrópolis, Brazil”, *International Journal of Health Planning and Management*, 19, pp. 303–317.
- McKinsey & Company (2013), “Pathways to a low-carbon economy in Brazil”.
- Ministério da Saúde (2007), “*Manual de Orientações para Contratação de Serviços no Sistema Único de Saúde*”, Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde (2015), “Datasus”, Database available online at <http://tabnet.datasus.gov.br/>, last accessed 5 May 2015.
- OCDE (2010), “Improving Health Sector Efficiency: The Role of Information and Communication Technologies”, OECD Publishing.
- OCDE (2012a), *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-en>.
- OCDE (2012b), “Income distribution: inequality”, *OECD Social Expenditure Statistics* (database), DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/data-00199-en>.
- OCDE (2013a), *Pensions at a Glance 2013: OECD and G20 Indicators*, OECD Publishing, DOI: http://dx.doi.org/10.1787/pension_glance-2013-en.
- OCDE (2013b), *OECD Reviews of Health Care Quality: Denmark*, Paris, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264191136-en>.
- OCDE (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>.
- OCDE (2015a), “Measuring Trade in Value Added: An OECD-WTO joint initiative”, Database available at oe.cd/tiva, last accessed July 2015.
- OCDE (2015b), *OECD Environmental Performance Review: Brazil*, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264240094-en>.
- OCDE (2015c), *Taxing Energy Use in the OECD and Key Partner and Associate Countries*, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264232334-en>.
- OCDE (2015d), *OECD Reviews of Health Care Quality: Japan*, Paris, OECD Publishing, DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/22270485>.
- OCDE (2015e), *Health at a Glance 2015: OECD Indicators*, OECD Publishing, DOI: http://dx.doi.org/10.1787/health_glance-2015-en.
- ONA (2015), “Certificações Válidas”, Organização Nacional de Acreditação, Information from website <https://www.ona.org.br/OrganizacoesCertificadas>, last accessed 5 May 2015.

- Rodrik, D. (2004), “Industrial Policy for the Twenty-First Century”, *CEPR Discussion Papers 4767*, CEPR, London.
- Rodrik, D. (2008), “Normalizing Industrial Policy”, *Commission on Growth and Development Working Papers*, No. 3, Banco Mundial, Washington, DC.
- Schmidt, M., B. Duncan, G. de Silva, A. Menezes, C. Monteiro, S. Barreto et al. (2011), “Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges”, *The Lancet*, Vol. 377 (9779), pp. 1949–1961.
- TCU (2013), *Relatório Sistemático de Fiscalização da Saúde*, Brasília, Tribunal de Contas da União.
- TCU (2015a), *ACÓRDÃO Nº 2461/2015 – TCU – Plenário*, Brasília, Tribunal de Contas da União.
- TCU (2015b), *PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA*, TC 005.335/2015-9, Brasília, Tribunal de Contas da União.
- Vargas, I., A. Mongollon-Perez, J.-P., Unger, M. Ferreira da Silva, P. De Paepe and M.-L. Vazquez (2014), Regional-based Integrated Healthcare Network Policy in Brazil: from Formulation to Practice, *Health Policy and Planning*, 1–13.
- Victora, C.G., et al. (2011), “Health conditions and health-policy innovations in Brazil: The way forward”, *The Lancet*, Vol. 377(9779), pp. 2042-2053.

ANEXO

Progresso nas principais reformas estruturais

Esta tabela analisa as ações tomadas com relação às recomendações feitas em edições anteriores do Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil. As recomendações que são novas nesta edição estão listadas nos capítulos relevantes.

Recomendações anteriores	Medidas tomadas e avaliação atual
A. Fortalecer a confiança nas políticas macroeconômicas	
Apertar mais a política monetária, o quanto necessário para trazer a inflação de volta à meta de 4,5%, o que também ajudaria a resgatar a credibilidade.	A política monetária tornou-se mais rígida desde outubro de 2014 e as expectativas de inflação para 2016 começam a convergir em direção à meta de 4,5%. A faixa de tolerância será reduzida em 0,5 pontos percentuais a partir de 2017, aumentando potencialmente a credibilidade do regime de metas de inflação.
Solidificar a credibilidade da política monetária com o estabelecimento de mandatos fixos para o presidente do Banco Central e para os membros do Comitê de Política Monetária, mantendo a comunicação sobre política monetária no Banco Central.	Nenhuma medida foi tomada com respeito à independência do Banco Central, mas a comunicação sobre a política monetária tem sido mantida no Banco Central, ultimamente.
Redesenhar a regra fiscal para levar em conta o ciclo econômico, por exemplo através da adoção de uma regra de despesas. Consolidar a supervisão fiscal para fiscalizar o cumprimento da regra fiscal ex ante. Aumentar a clareza, limitando as operações para-fiscais.	Não foi tomada nenhuma medida para redesenhar a regra fiscal ou para consolidar a supervisão fiscal. As operações para-fiscais foram consideráveis até o final de 2014, mas se reduziram significativamente desde então.
Reduzir a carga fiscal do sistema de pensões, com o corte do vínculo automático entre benefícios de aposentadoria e o salário mínimo e aumentando as idades efetivas de aposentadoria.	Nenhuma medida foi tomada. Uma lei promulgada recentemente reduzirá as penalidades para aposentadorias precoces a curto prazo.
B. Estimular a produtividade e a competitividade do custo	
Avançar com os novos projetos de infraestrutura e concessões, conforme planejado.	Foi anunciado um novo plano de concessão, no montante de R\$ 200 bilhões (3,6% do PIB), incluindo rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. Os gastos nominais das despesas do programa de infraestrutura PAC2 cresceram 21% em termos reais em 2014, em relação ao ano anterior, mas caíram quase pela metade nos primeiros 5 meses de 2015.
Continuar com os esforços de consolidar os impostos indiretos em um único imposto de valor adicionado e reduzir o uso de impostos sobre faturamento.	Nenhuma medida foi tomada com relação a um único imposto de valor adicionado. Uma reversão parcial de impostos sobre a folha de pagamento está em andamento, que irá reduzir o uso de impostos sobre faturamento.
Proteger o poder aquisitivo do salário mínimo, permitindo uma redução gradual em relação ao salário médio, indexar os aumentos anuais do salário mínimo ao INPC mais uma parte dos ganhos de produtividade por algum tempo, em substituição à regra atual.	Nenhuma medida foi tomada. A atual indexação do salário mínimo à inflação do ano anterior e ao crescimento do PIB de dois anos antes foi prorrogada até 2019.
Eliminar gradualmente o apoio ao BNDES e concentrar os empréstimos do BNDES no financiamento da infraestrutura, nas pequenas e médias empresas e na inovação. Na transição, prosseguir com os esforços de facilitar o desenvolvimento dos mercados privados de capitais de longo prazo, inclusive exigindo co-financiamento de empréstimos do BNDES.	As transferências orçamentárias para o BNDES se encerraram a partir de 2015, o diferencial das taxas de juros entre as taxas de empréstimos e as taxas de mercado se estreitaram e partes dos futuros empréstimos do BNDES exigirão co-financiamento privado.
Reduzir a proteção das tarifas, e eliminar os requisitos de conteúdo nacional e o apoio direcionado a setores específicos.	Nenhuma medida foi tomada.

C. Aumentar o uso responsável dos recursos

Eliminar o subsídio implícito ao preço dos combustíveis fósseis, ajustando os preços da gasolina, em consonância com os custos de importação, o que promoveria o uso do etanol, entre outras coisas.

O subsídio implícito ao preço desapareceu, devido a preços internos mais elevados e um preço mais baixo do petróleo no mercado mundial. Os impostos sobre os combustíveis fósseis aumentaram.

Cumprir rigorosamente o novo Código Florestal e aperfeiçoar as medidas baseadas em incentivos, como premiar a preservação da floresta, para reduzir ainda mais o desmatamento.

Foi criado um cadastro ambiental rural, para implementar as medidas de incentivo previstas no novo Código Florestal. Mais da metade das terras que precisam ser registradas até agora já o foram.

D. Manter o andamento da redução da pobreza e da desigualdade

Aprimorar a educação na primeira infância e buscar a detecção antecipada das desistências, intensificando o uso das aulas de reforço, para reduzir o grau de repetição nas escolas secundárias. Continuar a expandir o treinamento de professores em serviço e fortalecer os incentivos ao desempenho.

O número de creches e de matrículas na educação pré-escolar aumentou entre 2012 e 2014. Em contraste, o número de professores com educação superior caiu, em termos absolutos e relativos ao número total de professores.

Construir mais escolas, onde for necessário, para assegurar a escola em tempo integral em todo o país.

O número de escolas até o nível secundário diminuiu. O número de horas gastas na escola permaneceu estável de 2012 a 2014.

Aumentar os recursos para o Bolsa Família e para os demais programas no âmbito do programa Brasil sem Miséria. Aumentar o nível dos benefícios pagos pelo Bolsa Família.

Os níveis dos benefícios e os patamares de elegibilidade aumentaram ligeiramente em 2014. Os níveis médios dos benefícios e o gasto total com o programa cresceram, em termos reais, cerca de 18% de 2012 a 2014.

Fortalecer a progressividade da tributação do trabalho, analisando a tabela de tarifas, os limiares de isenção e o teto das contribuições previdenciárias.

As alíquotas de imposto de renda da pessoa física não mudaram, mas os intervalos foram ajustados em 2015. Isto levará a uma progressão "fria", com o aumento das alíquotas efetivas sobre rendimentos muito elevados, mas não para os rendimentos mais baixos.

Resumos dos capítulos

Capítulo 1

Fortalecer o desempenho industrial

O crescimento econômico do Brasil dependerá cada vez mais da produtividade, pois as margens de aumento da participação do trabalho se reduziram. O setor industrial, no qual algumas reformas estruturais chave poderiam desencadear um significativo potencial largamente inexplorado, pode desempenhar um papel de liderança neste aspecto. A produtividade industrial tem sido baixa e estagnada, pois as políticas mal desenhadas foram responsáveis pelos elevados custos e pelas estruturas de incentivos, que não foram propícias aos ganhos de produtividade. A primeira dentre estas são os custos de conformidade gerados por um sistema fragmentado de impostos indiretos. Os gargalos de infraestrutura, devidos a muitos anos de baixo investimento, elevam os custos dos transportes e da logística para as empresas industriais, em particular para as empresas exportadoras. Os custos laborais e as dificuldades de fazer cumprir os contratos são também preocupações para empresas industriais. Em parte, como resultado de fracas pressões competitivas e de altas barreiras comerciais, o Brasil não tem se beneficiado dos ganhos de produtividade associados às tendências globais que moldaram a produção industrial em outros países, incluindo uma crescente fragmentação da cadeia de valor, a integração crescente ao comércio internacional e uma fluida realocação de recursos entre as empresas. O desempenho da inovação também se mantém atrasado devido à falta de concorrência. Os custos e benefícios das intervenções políticas dirigidas a setores específicos são difíceis de verificar, na ausência de avaliações sistemáticas e regulares das políticas. Um uso mais sistemático de avaliações de políticas permitiria focar melhor em medidas mais efetivas.

Capítulo 2

Melhorar os serviços de saúde pública

O Brasil alcançou progressos notáveis em saúde nas últimas décadas e a melhoria do acesso aos serviços de saúde reduziu as desigualdades. A espinha dorsal do sucesso do Brasil é o Sistema Único de Saúde (SUS), que confere gratuitamente cuidados de saúde a cada cidadão brasileiro. O SUS enfrenta severas restrições de capacidade, que provocam longas filas de espera por atendimento médico especializado. O acesso a medicamentos e a especialistas pode ser difícil, sobretudo nas áreas mais pobres. Uma estrutura de governança complexa, que envolve vários níveis de governo, complica a prestação eficiente dos serviços de saúde. Para facilitar o acesso aos serviços, o Brasil deverá formar mais médicos e enfermeiros e fortalecer os incentivos para que se mudem para áreas carentes desses profissionais. Metas explícitas de expansão dos serviços médicos especializados poderiam reduzir os tempos de espera e ajudar a aliviar as dificuldades de acesso. A melhoria da governança do sistema exigirá o fortalecimento do papel das redes regionais e uma melhor coordenação dos serviços, especialmente para além da atenção básica. O aprimoramento dos indicadores de desempenho e o fortalecimento dos incentivos para o cumprimento das metas podem melhorar a eficiência em todos os níveis de atenção à saúde. À medida que a população brasileira envelhece, o gasto público com saúde se elevará, e os desafios associados poderiam ser melhor gerenciados com a provisão de mais atendimento domiciliar de longo prazo para os idosos, no âmbito do SUS.

Este Estudo foi elaborado no Departamento de Economia, por Jens Arnold, Yuki Murakami (ELS), Matheus Bueno e Sônia Araújo, sob a supervisão de Pierre Beynet. A assistência em pesquisa foi realizada por Anne Legendre e a assistência em secretariado por Sylvie Ricordeau.

Este relatório foi debatido por ocasião de uma reunião do Economic and Development Review Committee, em 14 de setembro de 2015.

Este relatório é publicado sob a responsabilidade do Secretário Geral da OCDE.

Maiores informações

Para mais amplas informações referentes a este trabalho, queira contatar:

Sr. Pierre Beynet, e-mail: pierre.beynet@oecd.org;
fone: +33 1 45 24 96 35; ou

Sr. Jens Arnold, e-mail: jens.arnold@oecd.org;
fone: +33 1 45 24 87 22; ou

Sra. Sônia Araújo, e-mail: sonia.araujo@oecd.org
fone: +33 1 45 24 83 01.

Ver também <http://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil>.

Como obter este livro

Este relatório pode ser comprado através da nossa livraria on-line: www.oecd.org/bookshop.

As publicações da OCDE e os bancos de dados estatísticos também estão disponíveis através da nossa livraria on-line: www.oecdilibrary.org.

Leituras conexas

Relatórios Econômicos da OCDE: Os *Relatórios Econômicos da OCDE* analisam as economias dos países membros e de uma seleção de países não-membros. Cerca de 18 *Estudos* são publicados a cada ano. Podem ser obtidos individualmente ou através de assinatura. Para maiores informações, queira consultar a seção de periódicos da livraria on-line da OCDE, em www.oecd.org/bookshop.

Perspectivas Econômicas da OCDE: Maiores informações sobre esta publicação poderão ser obtidas no site da OCDE, em www.oecd.org/eco/Economic_Outlook.

Reformas de Políticas Econômicas: Objetivo Crescimento: Maiores informações sobre esta publicação poderão ser obtidas no site da OCDE, em www.oecd.org/economics/goingforgrowth.

Informações Adicionais: Mais amplas informações sobre o trabalho do Departamento de Economia da OCDE, inclusive informações sobre outras publicações, produtos de dados e documentos de trabalho disponíveis para *download* podem ser obtidos no site do Departamento, em www.oecd.org/eco.

Documentos de Trabalho do Departamento de Economia: www.oecd.org/eco/workingpapers.

Trabalhos da OCDE sobre o Brasil: www.oecd.org/Brazil